

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	1		

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 55ª
(QUINQUAGÉSIMA QUINTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 14 DE JUNHO DE 2017.**

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Telma Rufino a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Expediente lido vai à publicação.

Não havendo *quorum* para dar início aos trabalhos, declaro suspensa a sessão por quinze minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h01min, a sessão é reaberta às 15h35min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Como acordado no Colégio de Líderes, gostaria de informar a todos que iniciaremos hoje o processo de votação do Projeto de Lei nº 1.486, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Instituto Hospital de Base do Distrito Federal, e também de dois Projetos de Decreto Legislativo que ainda não votamos em função de não termos tido *quorum*, mas já estamos com acordo no Colégio de Líderes: os Projetos de Decreto Legislativo nº 230, de 2016, e nº 289, de 2017.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	2

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa)

Concedo a palavra à Deputada Telma Rufino. (Pausa)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa)

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Já estão liberados. Estão organizando, mas já está liberada a entrada, o pessoal deve começar a chegar agora.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria muito de falar com os trabalhadores que estão lá fora. Peço para V.Exa. que a sessão seja suspensa agora e reaberta quando eles entrarem.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Eles já estão entrando, Deputado. Já liberei há cerca de cinco minutos, mas está sendo feito um processo de organização, para evitar o que aconteceu ontem aqui.

Suspendo a sessão por quinze minutos para que tenhamos a entrada dos trabalhadores, dos sindicatos e de todas as pessoas que vão assistir a esta sessão hoje.

(Suspensa às 15h13min, a sessão é reaberta às 15h35min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Declaro reaberta a sessão.

Eu gostaria de fazer alguns anúncios. Eu queria pedir à galeria silêncio, por favor, para que possamos começar os trabalhos e para eu trazer os avisos necessários.

Nós vamos fazer um trabalho. Nós temos uma pauta de três projetos que foram acordados no Colégio de Líderes. Vamos iniciar os trabalhos, vamos fazer muitas discussões. É importante que façamos discussões. Eu quero pedir à galeria que respeite os Deputados nos seus trabalhos. Cada um aqui vai ter um posicionamento, o que é normal. Nós estamos numa democracia, graças a Deus. Eu, logicamente, quero agradecer a presença de todos os cidadãos que estão aqui, de todas as pessoas que são a favor, de todas as pessoas que são contra. Nós vamos fazer um trabalho extremamente republicano neste plenário. Vamos começar agora com os discursos, com os posicionamentos e, a partir daí, vamos começar com as tratativas dos projetos de lei que estão na pauta.

Eu queria só lembrar aqui que o Deputado Ricardo Vale está inscrito nos Comunicados de Líderes.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	3	

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há muitos servidores da saúde que estão lá fora, e a parte da galeria aqui destinada aos servidores... Eles não entraram ainda. Portanto, eu peço para V.Exa. completar a parte destinada aos servidores com os servidores que estão lá fora.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Chico Vigilante, conversamos ontem com os presidentes dos sindicatos, para quem foram distribuídas senhas. Há um presidente que está aguardando a chegada do pessoal dele. Eles estão se deslocando para cá.

Quero fazer uma consulta. Está liberado, está tudo certo. Vão entrar todos. Vamos fechar toda essa galeria com o sindicato. Agora, eu posso liberar para quem está lá fora entrar. Aí o presidente do sindicato, que está com as senhas, conforme foi combinado, vai chegar, mas não terá como entrar, porque a lotação estará esgotada, e terá de aguardar.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a título de esclarecimento, como será o rito que V.Exa. vai adotar nesta sessão? Eu queria só lembrar-lhe que temos aquele projeto de decreto legislativo que homologa o convênio de ICMS.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Eu expliquei no início da sessão e vou explicar novamente.

Nós temos três matérias na pauta: dois PDLs e o projeto do Instituto Hospital de Base. Vamos votar primeiro os PDLs e depois entrar na discussão do Projeto de Lei nº 1.482, que institui o Instituto Hospital de Base. São muitas emendas, praticamente cinquenta, que vamos discutir em plenário. Depois vamos fazer a discussão com os colegas do plenário, com os Líderes etc. Essa é a lógica, essa é a pauta. É assim que vamos fazer.

Então, temos três itens: dois são os PDLs da semana retrasada, as homologações dos convênios, que necessitam de 16 votos. Nós os colocamos primeiro, para que possamos trabalhar.

Dando continuidade, eu gostaria de solicitar ao pessoal da nossa portaria que, dentro do que foi combinado com os sindicatos, libere as pessoas para entrarem na galeria. Enquanto o pessoal não chega, Deputado Ricardo Vale, vamos suspender a sessão por quinze minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h41min, a sessão é reaberta às 15h45min.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	4

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está reaberta a sessão.

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência quer a atenção da galeria, por favor. Eu já expliquei como vai ser feito. O processo é republicano. Se continuarem da forma como estão, vou pedir para esvaziarem as galerias, a fim de que a gente possa tomar uma decisão minimamente correta.

Quero agradecer mais uma vez a todas as pessoas que estão aqui e peço a vocês educação. Quem é a favor, quem é contra, não tem problema. Mas os Deputados precisam ter tranquilidade para fazer a discussão dentro deste plenário. Eu sou extremamente a favor da participação de todas as pessoas, mas, se continuarem da forma como estão, vou pedir para esvaziarem a galeria.

Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trabalhadores que estão na galeria, imprensa, secretariado do governo, eu queria, primeiramente, pedir à galeria muita calma nessa hora.

Trata-se de tema extremamente polêmico e importante para o futuro da nossa cidade. Então, é preciso tranquilidade. Este Instituto Hospital de Base, já foi muito discutido nesta Casa; houve várias audiências, vários debates aqui, e o Secretário conversou com cada um dos Deputados desta Casa. É preciso muita tranquilidade neste momento, para que o debate seja bem feito.

Aqui não se trata de disputa partidária, disputa de Oposição contra governo, até porque há Deputados da Situação que são contrários e Deputados da Oposição que são a favor. Então, eu queria pedir muita tranquilidade, para que seja feito o debate e para que esta Casa tome a decisão que for melhor para a nossa cidade, para o povo do Distrito Federal.

A nossa saúde pública vai mal há muito tempo! (Manifestação da galeria.) Se vocês ficarem falando, vão atrapalhar. A gente sabe do esforço do atual governo para melhorar, ajustar as coisas, mas, infelizmente, ele não tem conseguido e apresenta à população do Distrito Federal a proposta de criação de um instituto para administrar ou gerir o Hospital de Base, que é o principal hospital da rede pública do Distrito Federal.

Nós, da bancada do PT, temos um entendimento, até porque discutimos muito, inclusive com gente da Secretaria de Saúde, com o próprio Secretário, ouvimos os nossos técnicos e entendemos que esse modelo não é bom para a nossa cidade. É um projeto que, de certa forma, tira a responsabilidade da Secretaria de Saúde e a passa para um instituto.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	5	

Enfim, depois desses debates todos, a gente se convenceu de que o melhor é não fazer isso. Devemos melhorar a nossa gestão, a gestão da saúde pública, e eu queria dizer também – aí é uma coisa mais pessoal, não é nem de bancada – que, lendo aqui, ontem, um documento que a própria Secretaria de Saúde distribuiu para os Deputados e, provavelmente, para muita gente, na sociedade, vi que foram listadas dez razões para se apoiar a mudança no Hospital de Base.

São dez razões que eles listaram, que a Secretaria listou, e eu fui lendo aqui, uma por uma. Observei que, com exceção de uma que permite a contratação através de CLT e acaba com o concurso público, todas as demais propostas de melhoria podem ser feitas da forma como já é gerida a saúde pública do Distrito Federal.

Na primeira, ele fala de autonomia e descentralização. Ora, qual o problema de facilitar as compras de medicamentos e insumos médico-hospitalares, a manutenção de equipamentos etc.? Isso não precisa passar por um instituto, a própria Secretaria pode fazer.

O segundo item é melhorar o abastecimento de medicamentos e insumos hospitalares, ou melhor abastecer. O Hospital de Base...

(Manifestação na galeria.)

Sr. Presidente, eu preciso de silêncio para falar.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Eu vou pedir mais uma vez à galeria que a gente possa fazer um trabalho minimamente decente nesta Casa, com o respeito de vocês. Os Deputados estão falando, estão colocando as suas posições. Quero pedir, mais uma vez, o silêncio de vocês para a gente dar continuidade a esse trabalho.

Agradecido.

DEPUTADO RICARDO VALE – Dando continuidade, Sr. Presidente, no segundo item fala-se em melhor abastecimento de medicamentos e insumos hospitalares. Isso também não precisa passar por um instituto, a própria gestão da rede pode melhorar porque possibilita comprar de forma mais ágil os medicamentos.

No item 3, mais equipamentos e plano de funcionamento. Também a mesma coisa, pode ser feito já como é.

Eu não vou me estender muito, mas, aqui no item 4, gestão feita com base em metas, resultados, indicadores de qualidade. Na minha avaliação já deveria ser assim, se não está sendo, a Secretaria está errando porque tem que cobrar resultado.

Reposição rápida de recursos humanos. Aí é o ponto do qual eu discordo, porque fala que vai facilitar a contratação de servidores sem concurso. Não concordo. Os servidores da saúde têm de ser concursados. Ela tem que ser pública, tem que ser de qualidade e com concurso público.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	6	

Depois, no item 6, os atuais servidores poderão permanecer no Hospital de Base, se assim desejarem. Enfim, também não precisa de um instituto para remanejar pessoal.

No item 7, mais informações sobre a gestão, maior transparência e controle, prestação de contas regulares, aumenta-se a transparência da gestão pública, facilita-se a produção de informações gerenciais. Isso tudo também não precisa de um instituto. Isso já deveria estar em funcionamento.

No item 8, controle exclusivamente público da gestão democrática. Não precisa de instituto. Blindagem política na administração. Os servidores não serem indicados por Parlamentares, membros de partidos políticos participando. Ora, a maioria dos gestores hoje são indicados pelo secretário ou pelo governador. Não vejo necessidade do item 9 também.

E no 10, que é um hospital melhor para todos, contratação de medicamentos, insumos, aquisição, manutenção de equipamentos, admitir pessoal com metas, resultados, indicadores, enfim, tudo aquilo que já foi dito aqui.

Então, assim, eu quero reiterar a posição da nossa bancada, com todo respeito ao trabalho que o Secretário, o seu corpo técnico tem feito, achando que essa é a melhor solução para melhorar a saúde pública do Distrito Federal, mas a gente entende que não vai resolver, que vai piorar. Portanto, a gente pede aqui, de forma muito tranquila, que os Deputados desta Casa votem contrariamente a esse projeto que cria o Instituto Hospital de Base.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito agradecido, Deputado Ricardo Vale.

Consulto se há algum Líder que queira utilizar os Comunicados de Líderes.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu acho que esta Casa é democrática. Agora eu não vou aceitar fazer esse debate nessa baixaria. Nessa baixaria.

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADA CELINA LEÃO – Até porque, Sr. Presidente, eles estão chamando os sindicalistas de vagabundos. E quem tem cargo comissionado? Eu já identifiquei, pelo menos, trinta de cargos comissionados. Quem é vagabundo? O sindicalista que está defendendo ou o cara que devia estar no emprego dele e está aqui? Quem é vagabundo, Sr. Presidente?

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito.

(Manifestação da galeria.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	7

DEPUTADA CELINA LEÃO – Durante a fala do Deputado Ricardo Vale, S.Exa. foi xingado por essas pessoas. Eles não estão aqui para fazer debate, Presidente. Estão aqui para xingar Deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Eu peço a V.Exa. que suspenda a sessão por cinco minutos para a gente entender se vamos fazer o debate nessa baixaria ou um debate de verdade.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente eu gostaria que V.Exa., ao colocar...

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Gostaria que o Presidente garantisse a palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok.

A sessão está suspensa por quinze minutos.

(Suspensa às 15h57min, a sessão é reaberta às 15h59min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Declaro reaberta a presente sessão.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedi a palavra exatamente por aquela motivação de V.Exa. em suspender a sessão. De qualquer maneira, a gente não pode deixar de ter um motivo de regozijo por esta Casa estar lotada. Ela estar lotada é uma demonstração clara das pessoas que querem participar do processo de discussão, como lhes é de direito. (Palmas.)

Entretanto, eu fico muito preocupado com a denúncia que nós recebemos – ainda não sabemos se procede ou não, possivelmente até proceda pelos maus antecedentes que o Governador detém, mas é necessário que se investigue – de que diversos servidores, de outras pastas, inclusive, foram intimados a estar aqui gritando em favor desse projeto. Então, eu sugiro a V.Exa. que faça o contato, porque isso não é de bom tom administrativo, mas nós não vamos aqui ensinar o Governador a administrar, pois dizem que papagaio velho não aprende a falar.

A minha sugestão é que nós liberemos a entrada. Há diversos servidores – realmente servidores – da área de saúde que estão na porta da nossa Casa

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	8		

querendo entrar. Então, eu quero aqui propor que permitam o ingresso dos verdadeiros servidores da Secretaria de Saúde.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok, Deputado Raimundo Ribeiro. Eu já autorizei a entrada no limite de duzentas pessoas para a gente não ter problema. Não há mais ninguém esperando lá fora. Realmente, a entrada está liberada dentro dos limites.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Trabalho por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente. Boa tarde a todas e a todos. Em primeiro lugar, eu quero me dirigir àqueles que não receberam para vir aqui, que são os servidores da saúde. Eu queria pedir uma gentileza: que não aconteça aqui o que aconteceu ontem, quando colegas foram ofendidos. O que aconteceu ontem aqui foi inadmissível. Nós vamos processar e vamos tomar as devidas providências. Aqueles bandidos travestidos de manifestantes aqui têm que ser repudiados, começando por vocês.

Presidente, é obrigação nossa trazer provas. Eu tenho um nome aqui: o do Sr. Ozímpio Dias.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Olhe só, respeite, moleque, senão, daqui a pouco, a gente conversa lá fora! Vou pedir para a segurança pegar o nome desse moleque para depois eu conversar com ele lá fora! Eu e você, como homens. (Palmas.)

Eu queria pedir atenção, Sr. Presidente, porque me parece que o Sr. Ozímpio Dias é coordenador do gabinete do Governador e trouxe um ônibus cheio, com trinta pessoas. Eu vou pedir, Presidente, à COPOL – Coordenadoria de Polícia Legislativa, que é subordinada à Vice-Presidência, que identifique essa pessoa. Quero saber. Vou mandar um ofício para lá para saber o que esse senhor está fazendo aqui e se ele está recebendo dinheiro no horário de serviço. (Palmas.)

Quero dizer para aquelas lideranças comunitárias que estão recebendo para vir aqui para trabalhar a favor desse projeto que vão pagar um preço muito caro. São suas famílias que vão pagá-lo, porque esse instituto, a curto prazo, vai mostrar suas consequências danosas. O Ministério Público já se manifestou. O Ex-Secretário Gondim também se manifestou em entrevista dizendo os danos que isso trará para a população do Distrito Federal.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	9		

Não é possível que pessoas metam cinquenta reais no bolso para vir aqui se manifestar por um projeto que vai trazer consequências para a população. Não é aceitável que se faça isso porque nós temos, primeiro, que preservar os interesses da população.

O Hospital de Base é um patrimônio de Brasília. Não se pode admitir que esse Governador irresponsável venda o que é nosso. Ele não pode transformar a saúde em laboratório e o povo em cobaia. Nós não vamos aceitar isso. Então, eu queria conchamar os nossos companheiros Parlamentares para que façamos uma reflexão, porque, depois desse projeto aprovado, nós saberemos muito bem as consequências que iremos enfrentar. A responsabilidade agora está nas mãos dos Deputados, porque esse Governador não tem responsabilidade alguma.

Obrigado, Presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa e demais participantes da nossa galeria, eu quero parabenizar inicialmente o Deputado Joe Valle por permitir que essa galeria esteja cheia hoje. Eu estou me sentindo muito bem porque, como ex-atleta, gostava de jogar com o campo cheio de torcida contra e torcida a favor. Eu acho que para o Parlamentar não é diferente, ele gosta da participação. Vamos ter Parlamentar contra, Parlamentar a favor, mas faz parte do processo democrático.

O que é estranho é que se começou a distribuir *outdoor* na cidade mentindo, dizendo que Deputado a, b ou c está vendendo, como se a gente estivesse vendendo o prédio do Hospital de Base. Quando pessoas se escondem atrás de mentiras, tenho muito medo de que haja algo muito mais grave. A desinformação, Sr. Presidente, para a população é uma cortina de fumaça para esconder qualquer interesse, menos o interesse da população.

Nós sabemos que a saúde de Brasília não vai bem. Nós sabemos que a saúde de Brasília há muito tempo vai muito mal. Eu tive oportunidade aqui, no governo anterior, de ser relator de projetos e de dar parecer favorável à contratação de mais de 13 mil pessoas para a área da saúde, sempre com o discurso de que ia melhorar para a população. E não melhorou.

A verdade tem que ser dita aqui neste plenário. Todos nós sabemos que esse orçamento bilionário da saúde já foi dos fornecedores. Desse orçamento bilionário, há muitos anos, têm se apropriado os fornecedores de medicamentos e equipamentos. Muitos secretários de saúde foram presos, muitas operações foram feitas para prender fornecedor. Isso não é discurso, não. Isso é fato, ou alguém nega que secretário de saúde tenha sido preso e que vários médicos participavam de gangue para poder botar prótese errada? (Palmas.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	10	

Meus amigos, uma coisa é verdade, e a verdade, às vezes, dói, mas ela tem que ser dita. A verdade tem que ser dita. Esse orçamento que foi dos fornecedores está nas mãos de outras pessoas, hoje. Só não está na mão da população, que continua – crianças, adolescentes, adultos e velhos – tombando, pela falta de assistência médica.

Nós, Deputados, temos nossos planos de saúde particulares; as classes média e alta de Brasília, quando adoecem, vão para hospital particular. Mas alguém que não tem recursos, alguém que não tem condições de pagar um plano de saúde ou um hospital particular tem que ficar na fila, e muitos deles chegam ao falecimento.

Eu faço uma pergunta simples aos meus pares Deputados: se esse sistema que nós estamos querendo manter...

Antes esse orçamento bilionário era dos fornecedores; hoje deve ser de alguém, porque, para distribuir *outdoor* dizendo que estamos vendendo prédio do Hospital de Base, é porque quer colocar uma cortina de fumaça para continuar mamando nesse orçamento.

Eu faço uma pergunta aos profissionais da saúde de Brasília, que eu respeito; faço uma pergunta aos profissionais e aos servidores de carreira da área de saúde: o sistema atual tem saída, tem como melhorar?

(Manifestações na galeria.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA – A defesa da manutenção desse sistema atual não é dos servidores de carreira, não é da população. Isso é mais, conforme eu disse, de alguém ou de grupos que estão interessados em continuar sangrando os recursos da saúde, enquanto a população está tombando na porta dos hospitais.

O Instituto Hospital de Base pode ser emendado. Várias emendas de colegas foram criadas para exigir concurso. Mas de uma coisa não podemos fugir, Deputados: do jeito que está, não dá para ficar. Nós temos uma opção, nós temos uma saída para que possamos tirar isso das mãos desses morcegos sanguessugas, que hoje estão chupando o sangue do recurso da saúde em detrimento da população mais carente dessa cidade. Ou vamos continuar assistindo, em todos os telejornais dessa cidade, todos os dias, filas e pessoas morrendo na porta do hospital – quando chegam à porta, porque muitos não conseguem entrar na fila.

Sr. Presidente, isso aqui é um processo democrático. Eu, o Deputado Chico Vigilante e outros colegas nos posicionamos a favor dos taxistas em detrimento do Uber. Deputado Chico Vigilante, nós estávamos com a razão: estão começando a despontar os primeiros defeitos dessa empresa americana que chupa sangue.

Então, eu bato no peito e tenho orgulho de ter defendido os taxistas, e não tenho medo de fazer defesa nem de tomar posição. Pelo contrário: quanto mais cheia estiver essa galeria, quanto mais mídia estiver aqui presente, melhor, porque o papel do Deputado é assumir posição, seja contra ou a favor, mas tem que assumir

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			
			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	11

posição, Sr. Presidente. Portanto, quero fazer uma sugestão a V.Exa.: não deixe expostos seus colegas que não têm nenhuma corporação com milhões de reais para colocar *outdoor* na cidade. Vamos votar, para ganhar ou para perder.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia.

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Como Líder do Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros da imprensa, demais assessores, quero saudar os representantes dos sindicatos e também os representantes da comunidade do Distrito Federal que estão aqui.

Antes de mais nada, quero dizer, Deputado Wasny de Roure, que o processo democrático aceita a divergência de ideias e aceita, obviamente, o debate enriquecido com base nas ideias e nos antagonismos, mas o que o debate democrático não aceita, ex-Vice-Governadora Deputada Arlete Sampaio, é a agressão pessoal.

Então, gostaria de pedir algo a todos presentes: devemos nos ater ao debate de um dos mais importantes projetos que esse governo já enviou a esta Casa, que é a criação do Instituto Hospital de Base. Diversas vezes vim à tribuna, Deputado Wasny de Roure, defender posições do governo às quais a plateia era contrária, mas as defendi, mesmo sendo vaiado.

Deputado Joe Valle, acredito que temos maturidade nesta Casa para defender todas as posições, mesmo aquelas com as quais não concordemos, porque, se houvesse consenso sempre, não haveria a democracia nem o Parlamento. A democracia permite a expressão da minoria – tanto que a minoria tem representação nesta Casa –, mas também permite a expressão da maioria, que também tem opinião nesta Casa.

Sr. Presidente, acredito que nesta tarde poderemos dar a virada no atendimento de saúde que a população que se dirige ao Hospital de Base merece. Como Líder do Governo, quero pedir aos Deputados o voto favorável ao projeto que permite a transformação do Hospital de Base em um serviço social autônomo.

O Instituto Hospital de Base, Sr. Presidente, vai continuar público, gratuito e de portas abertas a qualquer cidadão do Distrito Federal, aos pacientes atendidos pelo Sistema Único de Saúde, ou seja, a toda a população do Distrito Federal. Ele continuará desenvolvendo a sua vocação de ser o principal hospital de referência da Capital da República. E ainda mais: ele vai continuar exercendo os procedimentos de alta complexidade relacionados aos casos de traumatismo, câncer e neurocirurgia.

A mudança que está sendo proposta não é no atendimento, Deputado Juarezão. É uma mudança no modelo de gestão, um modelo que já foi demonstrado que não funciona. Eu tenho certeza de que toda galeria é favorável a um ponto, Deputada Celina Leão: do jeito que está não dá para ficar.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	12	

Quero falar àqueles que dizem que estão querendo privatizar o Hospital de Base: isso é uma falácia, porque o Hospital de Base não será privatizado. A privatização é a venda do serviço. E o serviço não vai ser cobrado daquele que mais precisa, que é o cidadão. O Estado, o Sistema Único de Saúde, continuará a financiar o serviço que vai ser prestado, Deputado Ricardo Vale, pelo Instituto Hospital de Base. No entanto, vai propiciar ao Instituto Hospital de Base captar recursos junto ao governo federal por meio de emendas parlamentares, como o Sarah Kubitschek faz todos os anos na bancada do Distrito Federal e dos Estados, Deputado Joe Valle, que ele hoje tem sua sede.

Falo isso porque fiquei no Congresso Nacional, doze anos. Trabalhei, Deputada Celina Leão, na área técnica de elaboração de emendas parlamentares e de emendas da bancada do Distrito Federal. Quando o atual Governador foi coordenador da bancada, a Rede Sarah Kubitschek, aliás, em todos os mandatos, sempre recebeu emenda parlamentar direcionada, feita pela bancada federal.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Eu já vou conceder um aparte ao Deputado Wasny de Roure, mas antes eu quero concluir o meu pensamento.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Então o senhor não quer conceder o meu aparte?

DEPUTADO DELMASSO – O que eu quero dizer é que o Instituto Hospital de Base vai continuar sendo público e vai continuar oferecendo serviços públicos gratuitos e de qualidade à população do Distrito Federal.

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Delmasso, qual é o seu entendimento de Sistema Único da Saúde? Qual é a sua compreensão de Sistema Único de Saúde? O que o senhor entende sobre as transferências dos recursos do Ministério da Saúde para o Fundo de Saúde? Qual é o seu entendimento?

DEPUTADO DELMASSO – Deputado Wasny de Roure, eu não tenho a sapiência que V.Exa. tem, até porque eu sou mais novo que V.Exa. e ainda não detenho de toda a sabedoria. Mas estudei muito a Lei nº 8.080, que estabelece o Sistema Único de Saúde, e esta lei, Deputado Wasny de Roure, aceita sim o serviço social autônomo para prestar atendimento em qualquer nível. Seja ele na atenção básica, seja ele na média ou na alta complexidade. Esta é a proposta que está sendo colocada em discussão aqui neste plenário.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Por que então eles não propuseram isso no primeiro dia de governo, se é uma proposta tão exitosa? Nós estamos com um ano para encerrar este governo.

DEPUTADO DELMASSO – Sobre a questão das transferências constitucionais que são feitas pelo Fundo de Saúde...

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	13		

A questão, Deputado Wasny de Roure, é que eu não estou aqui falando sobre financiamentos. Existe financiamento na área da saúde sim, o nosso problema está no modelo de gestão que é aplicado no principal hospital de referência. Não estou aqui avaliando o atendimento, mas o modelo de gestão. V.Exa. tem razão, o governo deveria ter apresentado esse modelo no primeiro dia da sua gestão, talvez seja esse o único erro que o Governador Rodrigo Rollemberg cometeu, porque ele deveria ter apresentado isso a partir da sua posse para colocar não só no Hospital de Base, mas em toda a rede pública de saúde, como aconteceu no Estado do Acre, governado pelo partido de V.Exa.

Agradeço o aparte do Deputado Wasny de Roure.

(Manifestações da galeria.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Gente, só um minutinho, peço a vocês que garantam a palavra ao Deputado Chico Vigilante. Peço a todos, por favor! Por gentileza, peço silêncio à galeria, para que o Deputado possa se manifestar.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Neste aparte, Deputado Delmasso, eu quero dizer à V.Exa. que o Governo Rollemberg não sabe do que está falando com relação a esse instituto, não sabe! Eu participei da lei da elaboração do Hospital Sarah Kubitschek.

O Hospital Sarah Kubitschek que é uma rede em todo o Brasil, recebe o dinheiro que vem direito do Tesouro Nacional sem passar pelos SUS. Vem direito do Tesouro Nacional sem passar pelo Ministério da Saúde. Foi uma briga do Campos da Paz com o Serra e ele foi vitorioso. (*sic*.)

V.Exa. disse aqui, Deputado Delmasso, que o instituto é para captar emenda parlamentar. Onde está proibido Parlamentar apresentar emenda para o Hospital de Base? Não tem proibição nenhuma. Podem apresentar, e será executada.

Sabe o que vai acontecer, Deputado Delmasso? O que querem mesmo – e não creio que V.Exa. vai ficar a favor disso – é criar um cabidão de emprego sem concurso público. O que querem é criar salários fora do que paga a rede hoje.

Tem mais uma, Deputado Delmasso, V.Exa. viu o que aconteceu no Maranhão agora: o desvio de 1 bilhão de reais. Aquilo ali também, Deputado, é um instituto. O IDAC – Instituto de Desenvolvimento e Apoio à Cidadania é o Instituto de Saúde do Estado do Maranhão para gerenciar a saúde, é o berço da corrupção, é a malandragem explícita, e eu sou contra isso.

DEPUTADO DELMASSO – Agradeço o aparte do Deputado Chico Vigilante. Deputado, respeito a posição de V.Exa., mas eu gostaria de discordar em alguns pontos. Primeiro: o Instituto de Saúde do Maranhão é uma organização social e não um serviço social autônomo, como está proposto no serviço do Hospital de Base.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	14		

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Eu só queria responder ao Deputado Chico Vigilante. Nos meus apartes, eu sei que os meus apartes são mais polêmicos, eu gostaria que o Parlamentar fizesse o aparte e eu pudesse responder, porque eu sei que eles são muito polêmicos. Depois nós vamos adentrar aos debates, é importante.

Eu quero aqui parabenizar, porque este é o debate democrático. Mesmo que, talvez, neste momento, eu possa estar sendo questionado por Parlamentares que são de Oposição, que têm uma condição formada e que têm a consciência de ser contra o instituto, mas esse, para mim, é o princípio da democracia.

Deputado Chico Vigilante, voltando ao que V.Exa. apresentou, primeiro existe uma diferença. O que aconteceu no Estado do Maranhão, concordo com V.Exa., da mesma forma que aconteceu no Rio de Janeiro, foi que o instituto que lá foi colocado é uma organização social, da mesma forma que estava aqui no Hospital de Santa Maria. Aqui, o que está sendo proposto é um serviço social autônomo.

V.Exa. participou da formação da lei que criou o Sarah Kubitschek, Deputado Wasny de Roure, eu não sei se V.Exa. estava lá na Câmara Federal, mas...

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Deputado, só um minuto, eu quero te interromper, porque fiz uma defesa do Deputado Ricardo Vale que era contrário e eu quero fazer a defesa de V.Exa. também, pedindo para o pessoal do sindicato não xingar nenhum Deputado, nenhum. Nenhum! Sabem por que, pessoal? Porque é muito ruim, quando um Deputado está falando, concluindo um raciocínio, xingar o Deputado disso ou daquilo. Nós estamos em um debate democrático. Democráticos têm ideias diferentes.

Então eu fiz um pedido em favor do Deputado Ricardo Vale e faço esse pedido também, Sr. Presidente; porque, se houver Deputados sendo xingados aqui, por estarem colocando seu ponto de vista, a gente pode suspender, Sr. Presidente.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Eu vou pedir para a segurança para que fique ali. Os que começarem a xingar...

DEPUTADA CELINA LEÃO – Não dá para xingar Deputado aqui.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Eu vou pedir para que seja retirado.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Olha só: na democracia, Presidente, cabe educação. Você ser contrário, bater palma, vaiar é normal, mas xingar o Deputado enquanto ele está falando é inaceitável para qualquer um dos 24 Deputados, aqui é a nossa Casa, e nós temos o direito de colocar as nossas ideias com respeito.

Então eu peço para todos que estão aqui, inclusive ao pessoal que é contrário, deixem o Deputado terminar de falar, sem xingar, por favor, porque ele vai

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	15		

ter condição de colocar as ideias dele. Nós aqui vamos ganhar ou perder no debate, no debate qualificado.

DEPUTADO DELMASSO – Obrigado, Deputada Celina Leão.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Deputada Celina Leão, Deputado Delmasso, a Deputada Telma Rufino me disse aqui que ela está indecisa e quer ouvir os debates. Se vocês não permitirem, ela jamais vai poder se definir. Então quero pedir, principalmente, para aqueles que têm interesse, e nós queremos que esse maldito projeto seja rejeitado, que vocês nos ajudem.

Quero pedir aos presidentes de sindicatos que estão aqui, a Marli, a você e a muitos outros, por gentileza, que orientem o pessoal a não ofenderem os Deputados, sejam eles contrários ou favoráveis, porque isso não faz parte da democracia.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, obrigado. Obrigado, Deputada Celina Leão.

Só para concluir a minha fala, Deputados, o artigo primeiro da lei que cria o Serviço Social Autônomo Pioneira Sociais e o artigo primeiro da lei que cria o Instituto Hospital de Base dizem praticamente a mesma coisa: criam o serviço social autônomo. No caso da rede Sara Kubitschek, o Serviço Social Autônomo Pioneiras Sociais, e, no caso do Instituto Hospital de Base, o Serviço Social Autônomo Instituto Hospital de Base.

Só para questão de contratação de servidores, nós aprovamos nesta Casa uma proposta de emenda à Lei Orgânica de autoria da Deputada Celina Leão e do Poder Executivo que limita o teto para qualquer servidor público. Então, eu acredito que esse dispositivo constitucional vai ser levado em consideração na hora da contratação. Existem diversas emendas que colocam aqui, Deputado Wasny de Roure, que a contratação que deve ser feita por concurso público, e eu acredito que nós vamos debater isso. Mas o que eu queria aqui era discutir no mérito.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Delmasso, a própria presidente da rede Sara Kubitschek disse que essa proposta não tem nada a ver com o Sara.

DEPUTADO DELMASSO – Exatamente.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – O Sara é um hospital absolutamente diferente, porque isso é enganação...

DEPUTADO DELMASSO – Eu concordo com ela...

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Deputado, é enganação isso que o governo fez, é desonesto dizer que quer ser igual ao Sara Kubitschek, é papagaio de pirata. Assume o que quer de fato, que é não utilizar os princípios de uma instituição pública que tem de obedecer regras de licitação, de concurso público, de controle. Acaba com o SUS. Decreta que aqui em Brasília nós não teremos mais o Sistema Único de Saúde.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	16		

DEPUTADO DELMASSO – Deputado Wasny de Roure, eu concordo plenamente com V.Exa. E ela tem razão quando fala da questão do atendimento.

Alguém aqui questiona o modelo de gestão que é feito pelo Sara Kubistchek? Alguém não gostaria de que esse modelo de gestão fosse aplicado em qualquer hospital da rede? Eu acredito que não.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Deputado Delmasso, primeiro eu quero agradecer a V.Exa. esse aparte concedido. E dizer que eu me surpreendi, porque nessa discussão eu não pensei que iria concordar com o Deputado Agaciel Maia, mas vou concordar, porque S.Exa. disse que do jeito que está não pode ficar. E é verdade! Do jeito que está, realmente, a saúde do Distrito Federal não pode ficar.

Mas a pergunta que se coloca não é essa. A pergunta que se coloca é como e qual instrumento para mudar? Porque todos nós, inclusive o governo, está em débito com a população do Distrito Federal, que, antecipadamente, paga pelos serviços na área de saúde e recebe o quê? Absolutamente nada.

Então, nesse aspecto, Deputado, eu quero dizer que concordo, esse diagnóstico já havia sido feito pela quase totalidade da população do Distrito Federal, mas faltava ao governo se convencer disso. O governo que é o grande responsável. E, finalmente, quando ele manda um projeto dessa ordem para cá, é uma confissão. Ele concorda que realmente o serviço que ele dirige não está a contento. Então, isso é o primeiro passo.

Mas nós não podemos também aqui, e eu não vou nem entrar no mérito, porque nós teremos o momento adequado para fazer essa discussão, dizer o seguinte: periféricamente quem é que está a favor desse projeto e quem é que está contra? E aí eu me atrevo a dizer que eu, com o apoio do Deputado Wasny de Roure, que preside a nossa Comissão, tivemos oportunidade de fazer uma audiência pública na qual estava presente a ex-Governadora Arlete Sampaio – que inclusive nos brinda com a sua presença aqui. Juntamente com a ex-Governadora, nós tivemos a oportunidade de ouvir inúmeros ex-Secretários. Ouvimos também inúmeros ex-diretores do Hospital de Base e ouvimos diversas outras pessoas, e pessoas responsáveis e comprometidas.

Deputado Delmasso, as pessoas foram unânimes em afirmar que essa medida, se objetiva melhorar a saúde do Distrito Federal, é inócua. Por quê? Primeiro porque parte de um parâmetro que não é verdadeiro. Qual é o parâmetro? É o Hospital Sarah Kubitschek, que não tem nada a ver com isso que o governo está propondo. A história do Sarah Kubitschek é totalmente diferente, como, aliás, bem atalhado pelo Deputado Wasny de Roure.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	17	

Todavia, não se sabe por que o governo usa isso como cortina de fumaça. Eu, pelos maus antecedentes do Governador, até sei por que ele está usando isso; mas não sou dono da verdade. Sei também que várias outras entidades são contrárias, e vou lhe dar um exemplo.

A cidade se surpreendeu quando, de repente, um representante do Ministério Público que está há vinte anos na PROSUS – Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde, há vinte anos, aconselhou a Câmara Legislativa a aprovar esse projeto! Eu me pergunto o que faz há vinte anos, vendo a saúde se deteriorar, tendo o dever de fiscalizar, qual foi a providência adotada? E agora chega aqui e defende um projeto numa aliança, Deputado Wasny de Roure, que eu nunca tinha visto, numa aliança em que coloca uma instituição que não pode fazer aliança com ninguém, porque o seu dever está acima dos interesses políticos e partidários!

Mas, para minha surpresa, eu vejo logo depois, no dia de hoje, que num seminário, que parece-me ocorreu lá dentro do Ministério Público, diversos promotores que inclusive atuam também na área da saúde desaconselharam essa transformação.

Fico muito feliz, mas quero dizer também, Deputado Delmasso, e aí acho que o Deputado Chico Vigilante foi perfeito nisso... Quero deixar claro o seguinte: a ação da Polícia Federal não foi só no Estado do Maranhão, não, foi no Estado de Alagoas, foi também no Estado de Sergipe, está sendo no Estado da Bahia. E o foco, ex-Governadora Alerte Sampaio, é sempre o mesmo, é desvio na área da saúde por meio de institutos.

Então, no mínimo, no mínimo, esta Casa, e aí eu ousou sugerir, deve ter muita cautela. Eu pessoalmente, e aí estou falando apenas por mim, Deputado Joe Valle, não vou avalizar pagamento de dívida de campanha aprovando um projeto dessa natureza. Mas, no mérito, eu me reservo a discuti-lo na ocasião em que V.Exa. colocá-lo em pauta. Obrigado.

DEPUTADO DELMASSO – Deputado Raimundo Ribeiro, quero deixar claro mais uma vez que, quando se compara o projeto Instituto Hospital de Base ao Sarah Kubitschek, compara-se não o modelo do atendimento, e sim o modelo de gestão.

Quero dizer, só para encerrar minha fala, antes de passar a palavra ao Deputado Wellington Luiz, que hoje pela manhã estive em Santa Maria e ouvi alguns moradores dessa cidade, Deputado Joe Valle. A grande maioria dos moradores pede duas coisas: melhoria na segurança e na saúde. V.Exas., Deputado Wellington Luiz, Deputado Wasny de Roure e Deputado Chico Vigilante, sabem qual é a lembrança que os moradores de Santa Maria têm de atendimento de referência? A lembrança de quando o Hospital de Santa Maria era gerido por uma organização social.

Nós sabemos que esse processo gerou até mesmo o descredenciamento e a prisão de algumas... Mas o Instituto Hospital de Base é uma blindagem a esse tipo de situação.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			
			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	18

Deputado Wellington Luiz, como V.Exa. sabe, minha filha é paciente do Dr. Wagner, no Hospital de Base, que a atende na área de Neurologia, com a epilepsia. Quando eu chego ao Hospital de Base, não dá! Dói no coração, quando chegamos a qualquer hospital desta cidade – principalmente no Hospital de Base –, ver uma senhora esperando sete horas para ser atendida, vendo uma pessoa com a perna quebrada, que não conseguiu cirurgia porque falta, Deputado Joe Valle, não anestesista, porque ele está lá, mas falta seringa para fazer a anestesia.

Eu, de boa-fé, defendo esse projeto porque acredito que vai melhorar, sim, o atendimento a quem mais precisa, que é a população, é a comunidade, é o povo. E digo mais àquele que é favorável ao povo e que quer melhorar: nós precisamos ousar. Podemos errar na ousadia. Estou aqui defendendo esse projeto, não porque sou Líder do Governo, mas porque acredito que esse modelo pode, sim, melhorar o atendimento àquele que mais precisa.

Obrigado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Concedo um aparte a V.Exa. e já encerro a minha fala.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu peço o mesmo tempo para os demais Líderes. Não podemos ter um tratamento diferenciado. O aparte está incluído no prazo, faz parte do prazo. Eu espero que o Regimento seja obedecido.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Wasny de Roure, os Líderes já falaram. Se houver apartes, eu vou conceder. V.Exa. poderá falar nos Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Delmasso, eu queria chamar sua atenção – V.Exa. é um dos mais brilhantes Deputados desta Casa – para lembrar que é verdade. Hoje, no Hospital de Base falta tudo, porque esse sucateamento é premeditado, é uma forma criminosa que o Governador encontrou de criminalizar esse modelo. É a tentativa de justificar, para poder implantar OS disfarçada de instituto. Todos nós sabemos disso.

V.Exa. lembrou bem: OS foram reprovadas neste País porque a maioria são organizações criminosas, e não organizações sociais. Eu provei isso como Presidente da CPI da Saúde, junto com os demais componentes. Nós sabemos muito bem o que isso representa. Portanto, Deputado, não podemos mais admitir que o povo seja enganado, e o povo está sendo enganado. Esse instituto é, sim, OS, e é uma forma

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	19		

de enganar o povo. Mas nós, Parlamentares, que fomos eleitos pelo povo, não podemos admitir isso. Nós sabemos o que há por trás disso.

V.Exa. lembrou bem o que aconteceu em Santa Maria. O que parecia um sonho virou pesadelo. Diferentemente desses servidores, que na hora em que falta medicamento, tiram do bolso e vão atender o paciente, o que acontece na OS é que na hora em que falta dinheiro, eles fecham as portas e vão embora. É assim que funciona.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Estão encerrados os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora) – Sr. Presidente, faço o registro da presença da nossa companheira Arlete Sampaio, que é médica e hoje, neste dia importante, está aqui conosco. Ela teve uma participação muito importante na CPI da Saúde que esta Casa fez, eu acho, em 2007. Seja muito bem-vinda. Eu acho que a senhora tem que participar deste debate, sim, e a sua presença vai contribuir muito conosco aqui. Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Deputada Arlete tem cadeira cativa nesta Casa e muito nos ajuda, sempre.

Concedo a palavra ao Deputado Lira.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não falei nos Comunicados de Líderes. Eu não me manifestei nos Comunicados de Líderes, não fui chamado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – V.Exa. não foi chamado? Quando eu o chamei, V.Exa. ainda não estava presente, desculpe-me.

DEPUTADO LIRA – Neste caso, eu aceito falar nos Comunicados de Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeitamente. Obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Lira.

DEPUTADO LIRA (PHS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de ser parlamentar, eu sou líder comunitário, sou morador e também usuário do SUS por muitos e muitos anos. Eu lembro muito bem que, naquela época, muitos anos atrás, quando recorri ao Hospital

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	20	

de Base, tive diversas dificuldades no atendimento, como também nas demais unidades da rede de saúde do DF. Como um cidadão comum, eu sempre procurei almejar melhorias para a saúde do DF como um todo. Como Parlamentar, também tenho trabalhado para melhorar a saúde do DF e tenho observado o que é melhor para a saúde do DF como um todo.

Nessa discussão, eu vejo de um lado um grupo de dirigentes sindicalistas defendendo os seus interesses e, de outro lado, a população sofrendo por falta de atendimento, de médicos e enfermeiros, por não ter medicamentos. No entanto, quando a gente propõe uma mudança para melhorar a saúde do DF como um todo, há resistência. As pessoas não se dão conta da necessidade de pelo menos debater o assunto de maneira civilizada.

Eu recebi outro dia alguns dirigentes do sindicato no meu gabinete, e os atendi muito bem. Naquele momento, eu disse a eles que iria pensar sobre o assunto, iria analisar. Mas antes mesmo de me manifestar oficialmente, já colocaram minha foto nos *outdoors* como inimigo da saúde. Em verdade, eu quero é melhorar a saúde do DF. Se for para ficar a favor de meia dúzia de dirigentes sindicalistas, ou da população, eu fico com a população, com a Dona Maria, com o Sr. José, com a pessoa que vai à UPA e quer ser atendida da melhor forma possível. O Hospital de Base, nas condições em que está, não pode continuar.

Aqui eu faço uma reflexão. Estive no Hospital do Grajaú, em São Paulo, que é o dobro do Hospital de Base em Brasília e que presta o dobro de serviços que o Hospital de Base. Lá o orçamento é de doze milhões de reais, enquanto que em Brasília o orçamento do Hospital de Base é de cinquenta e poucos milhões de reais, prestando menos serviços que o Hospital do Grajaú. O interessante é que aquele é administrado por OS ligada ao Hospital Sírio-Libanês, que é o Instituto Sírio-Libanês. Lá a população é atendida de portas abertas. As pessoas que chegam com a fitinha verde levam, em média, duas horas no máximo para serem atendidas; enquanto aqui em Brasília passam um dia, um dia e meio, ou até dois dias para serem atendidas. Isso só para dar um exemplo. E lá o médico, o funcionário que não for trabalhar poderá até ser demitido por justa causa.

Ainda no caso da saúde, fazendo uma comparação com o Hospital Sarah Kubitschek, é pegar o melhor de cada coisa e tentar implantar em Brasília. Por que esse medo do novo, de melhorar? Por que o medo do novo? Então, é o seguinte: se os dirigentes dos sindicatos querem ajudar a saúde, comecem a tirar dinheiro do sindicato e coloquem na saúde. Vamos ajudar! Vamos à prova.

Eu fico muito chateado quando queremos defender o debate, fazer um debate democrático e as pessoas começam a xingar os Parlamentares, a colocar uma faca na garganta do Parlamentar, porque, se for contra o sindicato, é contra a população. Isso é um erro! Eu sou a favor do povo, do melhor atendimento à população! E defendo a saúde, defendo a melhoria da saúde. Não importa se é através de OS, se é através do SUS. Não importa! O que quero é que o povo seja

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	21		

bem atendido, que chegue lá de manhã e seja atendido ainda de manhã, que tenha um atendimento de qualidade. É isso que eu defendo!

Então, não venha aqui mentir para a população e dizer que o instituto lá do Maranhão vai vir administrar o Hospital de Base, como foi falado hoje mais cedo. Isso é mentira!

Gente, vamos procurar fazer um debate democrático, porque eu defendo a população. Então, quem defende esse outro... Quem defende a não mudança, a inovação é porque quer continuar do mesmo jeito, com a população sofrendo, com as pessoas reclamando e com um punhado de sindicalistas querendo barganhar politicamente, às custas do sofrimento do povo! Isso está errado! Então, é essa a minha posição. Eu defendo o povo em primeiro lugar. Trabalhamos para o povo. Para o povo, eu fui eleito. Defendo o povo. Essa é a minha posição, gente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Lira.

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós não temos dúvida alguma dos transtornos que esse projeto vai trazer à sociedade. Ele é uma enganação. Recentemente, Deputado Wasny de Roure, a própria Diretora do Sarah Kubitschek deixou bem claro que estes modelos não podem ser comparados: uma coisa é o Sarah; outra coisa é o Hospital de Base, que é uma referência.

Eu, que presidi a CPI da Saúde, volto a dizer, com muita tranquilidade, que sabemos bem o que tem por trás dessa história. O Deputado Raimundo Ribeiro lembrou bem que existe uma dívida de campanha e que ela precisa ser paga, Deputada Celina Leão. As OS – Organizações Sociais ou os institutos, que são OS disfarçadas, estão planejados para isso. Mas nós Parlamentares, que temos a obrigação de fiscalizar, não podemos deixar.

Quero, Deputada Celina Leão, ir um pouco além. Esse governador não cansa de nos surpreender negativamente. Eu queria chamar a atenção das pessoas. Ontem, no Twitter ou no Facebook, o Governador Rollemberg...

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Eu queria pedir um pouquinho de atenção aos companheiros.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Eu gostaria de pedir um minuto de atenção. Estamos terminando os Comunicados de Parlamentares aqui.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	22		

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Estou sem pressa nenhuma. Eu durmo depois de meia-noite e acordo às 5h da manhã. Estou tranquilo.

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Tenho a minha consciência tranquila, até porque não recebo para vir fazer manifestação, nem pão com mortadela, nada. Então, estou muito tranquilo.

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, ontem, o Governador, no Twitter, tratou de comemorar a investigação. Eu vou ler aqui: “Os policiais militares que sacaram as armas de fogo durante a manifestação na Esplanada dos Ministérios...”

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Os Comunicados de Parlamentares são liberados para os Parlamentares, para comunicados dos Parlamentares. Então, eles tratam de assuntos que forem importantes para eles neste momento. Então, estão liberados os Comunicados de Parlamentares para o Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Obrigado, Sr. Presidente.

Então, retomando, ontem, o Sr. Governador, mais uma vez, surpreendendo-nos negativamente, colocou isto no seu Twitter: “Os PMs que sacaram armas de fogo durante a manifestação na Esplanada dos Ministérios no dia 24 de maio foram afastados do trabalho na rua. Agora eles desempenham funções administrativas. O inquérito que investiga a conduta dos policiais segue em curso.”

Prestem bem atenção. Aqueles policiais que estavam lá defendendo vossas excelências, vossas senhorias com a própria vida, defendendo-os daqueles bandidos disfarçados de manifestantes; aqueles policiais, que tiveram a coragem de arriscar a vida, estão sendo punidos pelo Sr. Governador, que afastou-os e comemora no seu Twitter.

Eu quero saber se o Sr. Governador teve a dignidade de abrir algum procedimento, Deputado Cláudio Abrantes, para investigar a baderna que aqueles criminosos fizeram na nossa cidade. Com certeza, não! Porque é um governador que preserva os atos criminosos, é um governador que está preocupado em proteger bandido e não em atender aqueles que realmente defendem a sociedade, como esses policiais militares, que foram feridos, que arriscaram a própria vida em nome da sociedade. E o Sr. Governador tem a desfaçatez de comemorar uma possível punição contra esses policiais e os tira da rua, para piorar a criminalidade. Parabéns, Sr. Governador! A população está mais insegura graças a V.Exa., graças à incompetência de V.Exa., que, não bastasse o que está fazendo com a saúde, agora está fazendo com a segurança. É esse o legado que V.Exa. deixa para o Distrito Federal. É vergonhoso! Porque esses policiais, a exemplo, Deputada Celina Leão, do

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	23		

que V.Exa. fez, precisam é ser condecorados, precisam ser lembrados pelos atos heroicos que tiveram e não punidos por um governador preguiçoso e incompetente.

É inadmissível que aceitemos isso! É inadmissível que fiquemos em silêncio diante de tamanha covardia, porque isso desestimula o policial, que enfrenta a criminalidade e agora é punido por um governador que tem a coragem de ir ao seu Twitter para comemorar contra aqueles que têm como instrumento de trabalho a própria vida. Sr. Governador, tome vergonha na sua cara!

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Wellington Luiz.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, assessores, lideranças sindicais, lideranças da sociedade civil presentes, em primeiro lugar, acho que não precisamos agredir ninguém. Precisamos preservar o princípio do respeito. A diversidade do pensamento é a riqueza da democracia. Acho que precisamos ter claro isso, sem o discurso inflamado, sem perder o controle das palavras e sem agressões de quem vem a esta Casa para defender o interesse da população.

O tema saúde é um dos temas mais sensíveis que a população vive no Distrito Federal. A saúde no Distrito Federal é um dos assuntos mais sensíveis. Eu quero aqui lamentar a proposta, em primeiro lugar, porque ela não vem para fortalecer o Sistema Único de Saúde. Ela não vem para dar força aos procedimentos que a administração pública, antes mesmo de criar o Sistema Único de Saúde, colocou. Nós temos problemas gravíssimos na saúde. Citamos isso no relatório que foi apresentado.

Infelizmente, a minha parte teve que ser descartada, porque colidia com a versão final do Relator, que era a questão dos recursos que vêm do Ministério da Saúde. Esse é um dos primeiros retratos que temos de fazer. A maior parte do recurso é devolvido. Isso parece que não representa nada, mas representa tudo, porque é uma demonstração de ineficiência.

Nós temos aqui uma carta, Deputada Arlete Sampaio – a senhora tem uma carreira toda no serviço público de saúde, e entendo, Sr. Presidente, que seria importante ouvir o depoimento dela não apenas como ex-Vice-Governadora, Deputada e Secretária-Geral do Ministério de Desenvolvimento Social, mas como médica sanitária que trabalhou em Ceilândia – e eu quero dizer, Sr. Presidente, que ninguém aqui citou a correspondência da Pastoral da Saúde, patrocinada pela Arquidiocese de Brasília. Esse documento, Sr. Presidente, é assinado pelo Padre Manoel Roberto Gonçalves de Pinho, que é o coordenador da Pastoral da Saúde, pela Assessoria Pastoral da Saúde do Distrito Federal; pela Antonia Gonçalves; pelo Ernesto Fabro, pela Lourdes Batista Magalhães; pela Maria Regina Oliveira Lima; pela Gladys Santos Pessoa e pelo Conselheiro de Saúde Domingos de Brito Filho. Todos

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	24		

eles encerram, Sr. Presidente: "Neste sentido, reivindicamos a V.Exa. votar pela não aprovação do Projeto de Lei nº 1.486/17".

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Se quiserem ir à Arquidiocese, podem ir. Até sugiro que entrem no *site* e façam sua manifestação de repugnância. Mas é um documento assinado. Pelo menos, tiveram a dignidade de se manifestar formalmente nesta Casa, o que eles não fazem comumente. A arquidiocese não se pronuncia sobre matérias debatidas nesta Casa, Deputada Liliane Roriz, e é importante levar em conta isso, porque o pessoal da Pastoral da Saúde está lá, cuidando dos nossos filhos, sem receber um único tostão do Estado e sequer são lembrados como relevantes nesse processo.

Mas eu queria citar que essa proposta que o governo alega, Deputado Bispo Renato Andrade, ser tão exitosa, tão próspera, Deputada Celina Leão, nem aprovada foi no Conselho de Saúde.

O Conselho de Saúde, que é a referência, é onde a sociedade civil organizada está representada, não referendou a proposta, apesar de ser um ditame da legislação que o governo, antes de encaminhar qualquer propositura na área da saúde, ouça-o. Cadê os representantes do Conselho de Saúde? Sr. Presidente, desculpe-me, mas eles deveriam estar aqui, inclusive na Mesa.

Quero ainda, Sr. Presidente, destacar as palavras que V.Exa. ouviu no Ministério Público Federal, em vários depoimentos de procuradores federais, não apenas do Ministério Público local, absolutamente contrários e, mais do que isso, mostrando a absoluta diferença entre a proposta do governo e a proposta do projeto Sarah Kubitschek. Neste, há um processo seletivo. Eles atendem tão somente a parcela dos portadores de problemas ortopédicos, principalmente locomotores.

Portanto, Deputado Chico Leite – V.Exa. é um jurista, é o nosso professor na Casa –, eu gostaria de ler o parecer do Fernando Facury Scaff, que é um jurista notório nesta área da chamada Administração Pública, através do sistema chamado serviços sociais autônomos. Vejam bem, Deputado Chico Leite e Deputado Cláudio Abrantes, Fernando Facury descreve exatamente o que propõe o Projeto de Lei nº 1.486, de 2017.

"Parece-me que são tipos diferentes serviço social autônomo clássico e serviço social autônomo criado como forma de se escapar às formas de Direito Público, que se utiliza da mesma nomenclatura, o que vem causando uma enorme confusão. No primeiro caso, há efetivamente um sentido de colaboração com o Poder Público e a iniciativa privada, ou seja, o chamado Sistema S, que gere recursos que lhe foram atribuídos pelo Estado, no uso da capacidade tributária. No segundo caso, há uma contrafação em um simulacro de descentralização, pois é o próprio Poder Público que extingue um dos seus entes, atribuindo a outro entre – também por ele próprio criado – a função de atividade anteriormente delegada ao órgão extinto.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	25	

Dá-se-lhe a roupagem de ente privado. Batiza-lhe de serviço social autônomo. Transferem-se verbas públicas através do sistema orçamentário e, em um passe de mágica, os controles públicos são afastados – ou pelo menos reduzidos. Não parece que esse tipo de procedimento acate o mandamento constitucional da moralidade administrativa, inserida no art. 37, *caput*, da Carta de 1988.

Ressalta-se ainda que a questão de fundo referente à análise do projeto de lei diz respeito à natureza jurídica dos serviços prestados pelo Distrito Federal, no Hospital de Base. Essa discussão foi superada pela Reforma do Estado, promovida na década de 90, e agora emerge nessa tentativa, como bem diz Fernando Facury Scaff, 'mágica' de se transformar um órgão da Administração Direta que presta serviço público essencial à população do Distrito Federal em um serviço social autônomo.

E a legislação superveniente, a lei das organizações sociais, a Lei Federal nº 9.637, de 1998, definiu os limites da atuação estatal. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI nº 1.923, considerou constitucional a lei das organizações sociais, mas também repisou os limites da atuação estatal e dos entes de colaboração ou de fomento. Jamais houve pronunciamento do Supremo sobre transformação de um órgão público, como o Hospital de Base, em um serviço social autônomo que substitua integralmente a prestação de serviço público essencial.

Sr. Presidente, o que mais me revolta nesse debate, Deputada Arlete, Deputado Chico Vigilante, é o tratamento dado ao servidor público. Aqui deveriam estar colegas, médicos que estão lá no Hospital de Base, enfermeiros, trabalhadores de serviços gerais, aquele que leva a maca, o técnico de enfermagem. Eles deveriam estar aqui, Sr. Presidente. Esta sessão deveria ocorrer lá dentro do Hospital de Base do Distrito Federal e não aqui nesta Casa, Sr. Presidente. É lamentável porque o efeito sobre o Hospital de Base será irreversível, se ele for transformado num modelo de sistema social autônomo. Portanto, nós podemos fazer aqui o debate, mas vamos manter o respeito aos profissionais que dedicaram as suas vidas.

Eu fui submetido a cirurgia de vesícula no Hospital de Base, com atendimento como qualquer cidadão. Deputado Agaciel Maia, creio que precisamos, sim, manter o respeito aos servidores que anos e anos trabalharam nesse modelo. Se hoje temos problemas, o que nós precisamos fazer é corrigi-los. E eu estou dizendo aqui a cada um de vocês: só neste ano visitei o Hospital de Planaltina, Hospital de Sobradinho, Upa de Sobradinho II, vários centros de saúde, Hospital de Santa Maria, na última sexta-feira, Hospital do Gama. Fui à lavanderia do Hospital de Santa Maria ver a violência do contrato de terceirização, que, de maneira absolutamente irresponsável, Deputada Liliane Roriz, deixa a desejar pela falta de recebimento e de sua revisão.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu lamento que venham resolver a crise do sistema de saúde no Distrito Federal com um projeto dessa natureza. Mas, se porventura esse projeto passar, cairá inteiramente no colo do Governador, porque a população jamais vai perdoar o que ocorrer com o Hospital de Base.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	26	

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Quero parabenizar o Deputado Wasny de Roure pelas palavras. Deputado, é isso mesmo. Esta sessão deveria acontecer no Hospital de Base. Seria o mais correto para que a gente conhecesse de fato o que lá acontece.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para uma questão de ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Rede. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero levantar uma questão de ordem que para mim é da máxima importância e eu gostaria de um pronunciamento da Mesa. É bom que o nosso Presidente Deputado Joe Valle esteja aqui.

O artigo 131 da Lei Orgânica do Distrito Federal diz claramente que, em matérias que tratam de isenção de tributos, o número de votantes mínimo para a aprovação é de 16 votos. E o art. 10 do projeto de lei que cria o instituto também diz claramente que o instituto gozará de isenções de tributos distritais. Eu quero um posicionamento da Mesa, porque, no meu entendimento, são necessários 16 votos para aprovação do projeto.

Se isso não for levado em conta, implicará em inconstitucionalidade formal. E já vou adiantando que vou representar caso isso daí não seja atendido. Então, eu quero um posicionamento da Mesa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Cláudio Abrantes, quero me somar a V.Exa. e dizer que tenho o mesmo entendimento e quero assinar essa representação junto com V.Exa. No nosso entendimento são 16 votos, porque trata de isenção.

(Assume a Presidência Deputado Joe Valle.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Quero sugerir ao Deputado Cláudio Abrantes, que entre com recurso na Mesa nesse momento, para que a gente possa fazer a verificação. Mas, não é o entendimento, porque isso passou pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que faz essa avaliação.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para uma questão de ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, minha questão de ordem é exatamente essa preliminar levantada pelo Deputado Cláudio Abrantes. Mas eu gostaria, se me permite, Deputado Cláudio Abrantes, de fazer mais alguns acréscimos: primeiro, verifica-se na Lei Orgânica do Distrito Federal, o art. 19, que estabelece que a Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes do Distrito Federal obedece aos

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	27		

princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade, da motivação, da transparência, da eficiência e do interesse público. E também o seguinte: somente por lei específica pode ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública. Não é o caso.

Mas, no item B, na letra b, diz o seguinte: transformada, fundida, cindida, incorporada, privatizada ou extinta a entidade de que trata a alínea a. Então, o que a gente percebe é que aí, realmente, é o caso. E nós temos o art. 75 que já estabelece, a princípio, que seria Lei Complementar. Diz o seguinte: as Leis Complementares serão aprovadas por maioria absoluta dos Deputados, na Câmara Legislativa, e receberão numeração distinta das leis ordinárias.

A maioria absoluta, evidentemente, é metade mais um. Tem algo que é muito mais grave do que tudo isso. Apesar de V.Exa. já ter externado que não é o entendimento, eu acho que a Mesa ainda não se reuniu para poder expor e fazer a análise dessa questão, porque eu, pelo menos, sou da Mesa e não fui ouvido. Eu quero dizer o seguinte: realmente, exigem-se 16 votos, quando se trata de matéria de isenção tributária.

E o art. 10 desse, eu vou chamar de projeto do governo, é muito claro. Ele diz o seguinte: o Instituto Hospital de Base do Distrito Federal gozará de isenção de tributos distritais, e de todos os valores legais atribuídos à natureza de seus objetivos. Então, veja, mais claro do que isso, Deputada Liliane Roriz, não existe. Aqui, existe uma isenção, sim; aliás, eu diria que vai além da isenção.

Essa questão, Presidente, permita-me, precisa ser encarada como uma preliminar à apresentação do projeto. Apenas nas Comissões, Presidente. Pode ser requerido aqui que a própria consultoria legislativa, ou jurídica, possa se manifestar para orientar, para que não corramos o risco de amanhã, novamente, estarmos nas manchetes de jornais aprovando leis inconstitucionais, apesar da advertência que está sendo feita.

Acho que essa é uma questão de responsabilidade. E aí eu digo mais: nós, hoje, estamos no dia 14 de junho. Temos até o final do mês para nos debruçarmos sobre essa questão. Qual é o problema para que tenhamos que colocar isso em votação neste momento? É porque o Governador quer? Ora, qual é o problema?

Então, eu pergunto: não é muito mais prudente, mencionando o nosso companheiro Deputado Rafael Prudente, analisar se este projeto pode ser aprovado com maioria simples, com maioria absoluta ou com maioria qualificada? Eu acho que todos nós, inclusive aqueles que eventualmente estejam na base do governo, nos sentiríamos muito mais confortáveis em poder votar um projeto sabendo que ele precisa do *quorum* a, b ou c.

Então, gostaria de levantar e deixar registrada essa questão com V.Exa. na Mesa. Muito obrigado. (Palmas.)

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	28

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, inicialmente, gostaria de fazer a minha fala em cima das falas do Deputado Cláudio Abrantes, que foi realmente maravilhosa, e do Deputado Raimundo Ribeiro. E quero me unir a esse bloco de Parlamentares que vão fazer essa representação.

O segundo item, Sr. Presidente, é que acho que esta Casa é a Casa de todos aqueles que foram Deputados e que continuam militando. Eu vou fazer um apelo a V.Exa., fiz isto quando estava na Presidência, durante um debate com a Agefis em que o ex-Deputado Distrital Rôney Nemer estava aqui. Estamos aqui com a ex-Deputada Distrital Arlete Sampaio, que também foi Vice-Governadora. Peço a V.Exa. que suspenda a sessão por um minuto para que ela rapidamente fale, e possamos fazer um debate. Ela é médica e foi Vice-Governadora do Distrito Federal, acho que ela pode contribuir conosco neste debate.

É o meu pedido, Sr. Presidente.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em relação à solicitação apresentada, gostaria de citar dois pontos.

Primeiro, na minha avaliação, o próprio Instituto, como um serviço social autônomo, goza de isenção, independentemente de citação em lei, mas a Emenda Modificativa nº 25, apresentada pelo Deputado Juarezão, altera o art. 10 da referida lei e estabelece que o IHBDF – Instituto Hospital de Base do Distrito Federal deverá pleitear certificado de entidades beneficentes de assistência social na forma do parágrafo único do art. 3º da Lei Federal nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, com o apoio da Secretaria de Estado de Saúde. Deverá pleitear também a isenção de tributos federais perante a Secretaria de Receita Federal. O parágrafo único deste art. 10, pela nova redação, estabelece também: "Aplica-se ao IHBDF, dada a forma de instituição origem de recursos, a finalidade pública e o atendimento integral aos usuários do Sistema Único de Saúde, o regimento de impenhorabilidade de seus bens, serviços e rendas."

Sr. Presidente, só queria sanear as dúvidas. Essa emenda corrige, aperfeiçoa o referido projeto, e foi debatida tanto na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças como na Comissão de Constituição e Justiça. Para aqueles que ainda têm alguma dúvida na votação desse projeto, acredito que esta emenda corrige e deixa claro que não existe ainda a isenção de impostos. A isenção deverá ser pleiteada pelo Instituto Hospital de Base ao qual já estamos dando a isenção nesse projeto.

Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	29		

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PTB. Sem revisão da oradora.) – Eu queria fazer um registro. O Deputado Wasny de Roure disse que fez uma cirurgia de vesícula no Hospital de Base. Eu também tive uma experiência com o Hospital de Base. Há vinte anos, eu sofri um acidente.

(Manifestações na galeria)

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Eu ia falar bem, mas não vou falar mais, se vocês não me deixarem.

Há vinte anos, eu sofri um acidente, bati com a cabeça e tive um traumatismo. Naquela ocasião, muitas pessoas disseram ao meu pai para me levar para o Hospital Sarah Kubitscheck. E meu pai disse: “Não, eu quero que ela vá para o Hospital de Base.” Lá me tratei e acabei ficando bem, mas eu acho que o Hospital de Base está agonizando muito, com toda essa situação, no momento que estamos vivendo. Eu já vi no Hospital de Base, não foi ninguém que me contou, médicos e servidores fazerem vaquinha para comprar fio de sutura, gases, luvas.

Eu não quero aplauso de ninguém. Eu só quero registrar uma verdade. É verdade que hoje os servidores são comprometidos, muito comprometidos. Eu sou do tempo de médicos que foram referência, em que o Hospital de Base foi referência, com médicos comprometidos como o Dr. Mattos Ribeiro, como o Dr. Victor Tannure, a Dra. Petrucelli, pessoas que estiveram comprometidas com o Hospital de Base, médicos antigos que já se foram. Este hospital precisa de ajuda. Ele precisa de ajuda. É uma pena que o Hospital de Base tenha deixado de ser referência para o País. É uma pena, é lamentável!

A Dra. Arlete Sampaio, médica, Deputada, Vice-Governadora, sabe muito bem disso. Ela sabe como é difícil tratar a saúde no Distrito Federal. E como é difícil hoje encarar a saúde. Não há ninguém milagroso para achar de um dia para o outro que a saúde vá melhorar porque isso é mentira, isso é mentira, mas tem que se fazer! Há alternativas? Há propostas? Então a gente tem de escutar as propostas. Eu quero ouvir os meus colegas todos aqui, é para isso que eu vim aqui. Quero ouvir todos os que estão comprometidos com a cidade como eu estou. Não sou aliada do governo, mas sou aliada do povo de Brasília. (Palmas.)

E eu quero que o povo de Brasília tenha a esperança de que um dia possa voltar esse tempo de ser referência. Não quero aplauso de sindicato nenhum, não quero aplauso de ninguém. Eu tenho a minha consciência de que eu tenho de cumprir um dever, um dever de cidadã, e eu quero discutir, eu quero ouvir vocês. Naquilo que for melhor para Brasília, eu estarei junto.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputada.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. conhece muito bem, é bem assessorada a Mesa. Nós temos de respeitar a

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	30		

Comissão. A Comissão de Constituição e Justiça existe na estrutura da Casa para isso. Ela examinou o projeto. Se quiserem fazer emenda supressiva, aditiva, substitutiva, existem vários tipos de proposições legislativas que podem ser apresentadas em plenário. Entretanto, recorrer à Mesa desconsiderando a posição regimental da CCJ não é certo. V.Exa. sabe que não é certo. Então, recorrer pela questão da maioria qualificada ou não, não existe isso.

A CCJ avaliou o projeto como maioria simples, e é assim que ele tem de ser votado. Se alguém quiser suprimir a questão da tributação, que já não existe, porque a tributação é inerente a uma lei federal, mas se quiser apresentar uma emenda supressiva ao problema da tributação, que a apresente na Mesa. A CCJ analisa se passa ou não passa. Contudo, a alegação de maioria simples, projeto de lei complementar ou projeto de lei já passou pela CCJ. Eu acho que não é por aí. V.Exa. conhece profundamente o Regimento Interno e tem a assessoria da Mesa, técnicos experientes e qualificados, e sabe que isso não cabe dentro do processo de discussão e votação de um projeto de lei.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Rede. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente, faço apenas uma observação: a questão de ordem dirigida à Mesa penso que deve ser respondida pela Mesa, e não na forma de recurso ao que foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça. Segundo: *data venia* máxima ao nosso nobre Deputado Agaciel Maia, que realmente é um grande conhecedor dessa parte de economia, não estamos falando de isenção federal, estamos falando de isenção distrital – é o que diz o artigo 10 do projeto de lei que cria o instituto. Terceiro: nós não podemos, em hipótese alguma – em hipótese alguma! –, imaginar que o Regimento desta Casa se sobrepõe à Lei Orgânica.

Então, quando chega ao plenário um ponto de um projeto de lei em que eu, na minha função de Parlamentar, observo que há uma inconstitucionalidade em relação à Lei Orgânica, é meu dever trazer isso ao Plenário. Se vou ser derrotado, se a questão de ordem não vai ser aceita, é outra questão, mas é válido, é correto, é salutar trazer uma questão de ordem que, no meu entendimento, é muito importante, porque nós estamos falando de uma desobediência à Lei Orgânica e não ao Regimento.

Respeito, sim, as posições da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, dos meus pares que lá trabalham, e trabalham com afinco, mas não posso, em hipótese alguma, deixar de trazer isso ao Plenário. Inclusive porque há mais um problema: a Lei Complementar nº 13, de 1996, no artigo 94, diz que essas isenções devem estar restritas ao PPA – Plano Plurianual. Ou seja, o Governo do Distrito Federal não pode fazer uma isenção *ad aeternum*, jogando para o próximo governo, até em função do que prevê a Lei de

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	31	

Responsabilidade Fiscal. Então ela tem que estar restrita ao PPA, ou seja, encerra-se em 2018.

Se foi feita emenda, aprovada emenda... Eu estou tratando do projeto, é o que está lá. Quando vier a plenário, discutiremos se vai haver emenda ou não, mas, no momento, no meu entendimento, nós temos, sim, uma desobediência à Lei Orgânica, que diz que tem de ser maioria qualificada, portanto, 16 votos favoráveis. É o meu entendimento. Espero a resposta à questão de ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Cláudio Abrantes, não há desobediência ainda porque o projeto não foi colocado em votação. Nem foi colocado em votação.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, primeiro é bom frisar aqui, com todo respeito ao Deputado Agaciel Maia – S.Exa. tem o nosso respeito, a nossa admiração –, que este é um debate qualificado. Eu quero discordar da ponderação de V.Exa., por quê?

Nós sabemos que todas as Comissões desta Casa têm só cinco membros. Muitas vezes, há uma interpretação da maioria que não converge com a da minoria e que pode – isso está escrito no Regimento – e deve ser questionada no plenário. Isso acontece várias vezes. Se vai ser acatado ou não, como diz o Deputado Cláudio Abrantes, é uma posição institucional da Câmara, mas talvez haja ainda, por parte de alguns Deputados, a dúvida sobre se há ou não isenção.

Então, eu faço questão de ler o artigo 10, que fala o seguinte: “O Instituto Hospital de Base do Distrito Federal gozará de isenção de tributos distritais e de todos os favores legais atribuídos à natureza de seus objetivos”. Se isso não for isenção, eu quero saber o que é. É texto seco da lei. É texto seco da lei!

Fazer algo mal-ajambrado, votar com treze votos algo que tem que se votar com dezesseis é fazer mal feito, é ter milhares de pedidos de inconstitucionalidade, é ter mandados de pedido de suspensão da lei, inclusive no próprio Tribunal de Contas. Pode acontecer.

Então, se o governo tem vontade de fazer algo bem feito, que ele, pelo menos, faça dentro da legalidade. Se há isenção de tributos, como está explícito no artigo 10, ele tem que estar realmente prestigiado dentro da Lei Orgânica, que fala que, se há isenção, são 16 votos. A não ser que o governo queira mudar a Lei Orgânica, mas, se nós temos uma Lei Orgânica aqui, ela tem realmente que ser seguida.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	32	

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar para V.Exa. que esse tema é recorrente. O Ministério Público já notificou, por várias vezes inclusive, o Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, sobre matérias que representam benefícios fiscais votadas sem as devidas instruções previstas na Lei Complementar nº 101 e na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A preocupação do Deputado Cláudio Abrantes é absolutamente pertinente, reforçada pela Deputada Celina Leão. Pode até mais tarde ser julgada desnecessária, mas S.Exa. está agindo com prudência. Esta Casa tem sido notificada várias vezes pela Promotoria Fiscal do Ministério Público. Portanto, a dúvida de S.Exa. é procedente, tem que ser respeitada. Pode perder no voto. Isso é da dinâmica, mas não ter um parecer da procuradoria, não ter um parecer técnico é uma coisa que nos deixa absolutamente inseguros. Eu vou ser muito sincero com V.Exa.

Eu quero dizer, Deputado Joe Valle, que a sua assessoria me informou, ao chegar a este plenário, que chegou a resposta do Governo do Distrito Federal. Eu recebi um telefonema, no final da manhã, de representantes da Secretaria da Saúde enviando as respostas de requerimentos de meados de março deste ano, Sr. Presidente. Vou dizer que eu li? Eu não li. Realmente, eu recebi, ainda vou adentrar a matéria, mas é algo que para mim era fundamental. V.Exa., inclusive, é testemunha disso, porque o procurador, no seminário que a Câmara Legislativa fez, disse mil maravilhas do projeto. Mas nós não conhecíamos o parecer dele. Recebi agora um parecer de poucas folhas, mas já comecei a ler. Digo isso para demonstrar a V.Exa. a precariedade das informações para a votação de um projeto sobre um hospital que é referência no País e que tem cinquenta anos.

Essa Casa vai responder pelo resto da vida!

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para acabar com isso e para não dar vazão a essa discussão toda, o nosso Líder do Governo, Deputado Delmasso, está propondo uma emenda supressiva ao artigo 10, que fala desse assunto da tributação, para que a gente possa votá-la destacada. Então, S.Exa. destaca, a gente rejeita e está acabada essa discussão sobre o problema da tributação.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, primeiro eu quero aqui suscitar a importância desse debate, até porque nós temos muitos Deputados que estão indecisos e que querem discutir o projeto.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	33

Quero saudar toda a galeria, independentemente de serem contrários ou serem favoráveis. Falar sobre o que a gente acha que é certo ou que é errado, esse debate que vai ser construído aqui é que vai realmente consolidar ou derrotar esse projeto.

Sr. Presidente, eu tenho uma preocupação muito grande com essa questão da criação do Instituto do Hospital de Base. E por que, Sr. Presidente? Todo mundo sabe que a saúde pública precisa realmente de uma solução. Não está bom. E não é neste governo apenas, não, pessoal! Vem sendo sucateada desde o governo passado, está cada vez pior. Então, a gente tem que ser justo e falar a verdade.

Mas qual é a saída, a solução para a saúde pública? Não se pode só criticar sem trazer o que acha que poderia acontecer. E a gente entende, realmente, que só com a descentralização dos recursos públicos para os hospitais os gestores conseguirão fazer alguma mudança. Essa foi uma experiência salutar que aconteceu na educação. Todos nós estamos acompanhando o que está acontecendo com o PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira: uma quadra que era construída com 1 milhão de reais, hoje o diretor da escola faz com 100 mil, com 200 mil reais. Eu tenho a certeza de que, no dia em que o recurso da saúde for descentralizado também para a ponta, os próprios servidores vão fiscalizar, os gestores do hospital vão ter condição realmente de colocar lá os insumos necessários a um bom atendimento.

Tenho uma preocupação muito grande. Por quê? Porque ele quer fazer uma experiência, mas uma experiência no maior hospital público de Brasília! E se não der certo? Somos nós que estamos votando essa matéria aqui, a nossa responsabilidade é muito grande! Não há que se falar em laboratório no maior hospital, qualquer pessoa que fosse fazer um piloto escolheria um hospital de menor porte para ver se daria certo, para depois fazer uma ampliação daquilo. Mas uma experiência como essa no maior hospital?

Então, tem muita coisa com que a gente se preocupa. Talvez as pessoas da galeria não conheçam o projeto. Eu quero falar um pouquinho dele. Começamos a debater aqui, pessoal, o projeto das OS, realmente a gente tinha uma crítica muito grande a esse projeto porque a gente sabe o que tem acontecido aí no Brasil como um todo. Só que esse projeto conseguiu ficar pior do que o das OS. Por quê? Vou explicar por quê. Porque, no caso das OS, era um serviço terceirizado, não tinha uma gerência, uma interferência direta para contratar os cabides eleitorais que foram citados aqui por muitos Deputados, contratar sem licitação. Então, tinha essa vedação.

Mas nesse projeto, que é híbrido, a gestão será nomeada pelo chefe do Executivo, mas a contratação poderá ser feita sem concurso público e a compra sem licitação! É realmente difícil a gente dar uma carta em branco para o governo nesse sentido. E, quando a gente fala isso, quando a gente fala de descentralização, fala com propriedade até porque eu coloquei recurso para a descentralização. Existe, inclusive, um programa. O subsecretário está aqui. O Secretário Adjunto veio me

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	34		

pedir a liberação e nós vamos liberar para que esses recursos estejam na ponta! Passando ou não esse projeto aqui, a gente sabe que o hospital lá na ponta precisa começar uma mudança. Quem sabe essa descentralização dos recursos é a saída para que a gente tenha uma saúde pública melhor?!

Então, temos que começar a fazer isso na prática mesmo. A gente destinou 6 milhões a esse projeto, para que realmente esse recurso chegue à ponta e atenda a população. Não dá para o diretor do hospital, quando acabar o papel higiênico, fazer este pedido ao Secretário: "Olha, está acabando aqui". Ele tem que estar na gestão, ele tem que ter um controle de estoque, ele tem que saber cuidar disso, e só vai cuidar quando a gente tiver coragem de botar essa gestão na mão do servidor público, quando a gente descentralizar!

O que está acontecendo na educação é o maior exemplo disso, os diretores estão tão penalizados com a falta de estrutura que, com aquele pequeno recurso que a gente coloca ali, eles fazem milagre! Eu tenho certeza de que os servidores públicos da saúde também farão milagre, se o recurso chegar até eles! Vai chegar e eles realmente vão conseguir resolver o problema dos hospitais.

O que queria pedir, nesta tarde em que estamos debatendo essa matéria, a todos os Deputados é que a gente realmente discuta o projeto com a profundidade com que precisa ser discutido. Nós temos uma consultoria aqui da Casa que fez um parecer, o parecer dela é um parecer embasado, traz várias citações. E aí, Deputado Prof. Israel, a gente vê que, muitas vezes, a população não acompanha os trabalhos desta Casa, mas tem legislações que a gente faz e que são realmente proveitosas para a população. Vou dar um exemplo, Deputado. Nós temos uma lei de nossa autoria que obriga o Estado a comprar tudo pelo preço de mercado. E como é isso? Calcula-se o preço médio com base em todas as notas fiscais que entram aqui no Distrito Federal, aí o Estado não pode comprar acima do preço médio. O Tribunal de Contas tem embargado vários pregões, várias licitações que estão acima do preço médio.

Então, a gente realmente precisa entender que esse projeto é um projeto sensível, é um projeto que precisa ser debatido com todos os que estão aqui, com a comunidade que está aqui, com os sindicatos que estão aqui, com os Deputados que estão aqui! Temos Deputados que estão indecisos, temos Deputados que já estão decididos, muitos querem dar um voto de confiança ao Estado, para saber se vai mudar ou não. A gente só sabe o seguinte: no final deste debate, que tem que ser qualitativo, cada um que for votar tem que votar, realmente, de acordo com o que acredita.

Eu tenho muito medo de a gente votar esse instituto, Sr. Presidente, e fazer o laboratório no maior hospital. Se o Governador fizesse isso num hospital de menor porte para vermos se daria certo, ele talvez teria o apoio da Câmara. Depois, se der certo, até poderíamos ampliar, mas no formato que está, Sr. Presidente...

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	35		

Eu fiz várias emendas, eu quero discutir, inclusive, todas elas para que a gente possa melhorar pelo menos o que está aí também, para a gente garantir o atendimento no final. Ainda é muito difícil, para quem viu o Fantástico no domingo, esse modelo no Brasil não tem dado bons frutos, ainda é uma experiência muito negativa.

Então, Sr. Presidente, eu acho que a gente tem que discutir sobre isso num debate qualitativo.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputada Celina Leão.

Acatando o pedido da Deputada Celina Leão, vou suspender a sessão por cinco minutos, para que a Deputada Arlete Sampaio possa se colocar. Depois, retomamos a sessão no processo.

Declaro a sessão suspensa por cinco minutos, em deferência a nossa ex-Governadora, Deputada e médica que entende do assunto para poder fazer suas colocações.

(Suspensa às 17h46min, a sessão é reaberta às 17h51min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está reaberta a sessão.

Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria chamar atenção para uma situação – Deputado Chico Vigilante, eu não vou lhe atrapalhar.

Olha só, Deputado Cláudio Abrantes, hoje a Secretaria de Saúde já goza da isenção de tributos. Caso esse artigo seja suprimido, o artigo 10, nós lembramos que o custo desse instituto vai aumentar sobremaneira. Caso façam isso, nós lembramos que, aí, vai ficar inviável a criação desse instituto. Então, pensem bem nisso.

É bom que a sociedade saiba, primeiro, que, para aprovar, são necessários 16 votos. Caso, Deputado Delmasso, esse artigo seja suprimido – é bom que os Deputados fiquem atentos a isso –, vocês estarão assumindo a responsabilidade de aumentar muito os custos, já que hoje a Secretaria de Saúde goza da isenção de tributos.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ainda nos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu tenho, desde o primeiro momento, procurado discutir a criação desse Instituto. Tenho me posicionado o tempo todo contrário a ele, porque

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	36	

ele não vai resolver absolutamente nada com relação à saúde do Distrito Federal. Até porque, com a criação do Instituto Hospital de Base – e aí, Deputado Delmasso, V.Exa. que defende tanto –, o pobre coitado, no Hospital da Ceilândia, vai continuar do mesmo jeito; o Hospital de Planaltina vai continuar do mesmo jeito, a UPA de São Sebastião vai permanecer o caos que é, o Hospital de Planaltina vai continuar do mesmo jeito.

Portanto, aproveitando aqui a oportunidade, já que iniciamos a discussão desse projeto e que o acerto é de não votá-lo hoje, eu quero fazer uma proposta ao Secretário de Saúde, que está aqui. E quero fazer uma proposta aos sindicatos. E faço uma proposta a todos os Deputados.

Deputado Agaciel Maia, vamos discutir com a seriedade que o caso merece? Eu topo. E para isso eu estou apresentando um substitutivo, para descentralizar os recursos. Descentralizar os recursos, Deputado Joe Valle, porque todo mundo que falou aqui falou da questão da centralização.

Pois eu vou ler. Peço a V.Exa. que me dê um tempo para ler o substitutivo. Diz o seguinte:

“Ao Projeto de Lei nº 1.486, de 2017, que ‘autoriza o Poder Executivo a instituir o Instituto Hospital de Base do Distrito Federal – IHBDF e dá outras providências’.

Dê-se ao projeto de lei em epígrafe o seguinte substitutivo:

Projeto de Lei nº 1.486, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que ‘transforma o Hospital de Base em órgão especializado, com autonomia administrativa, financeira e operacional, e dá outras providências’.

Art. 1º O Hospital de Base do Distrito Federal fica transformado em órgão especializado da administração direta, com autonomia administrativa, financeira e operacional e vinculação à Secretaria de Estado de Saúde.

Art. 2º A estrutura administrativa do Hospital de Base é a definida por decreto.

Art. 3º As carreiras dos servidores que atuam no Hospital de Base são as mesmas dos servidores da Secretaria de Estado da Saúde.”

Porque aí fica claro: não vai entrar OS! São os atuais funcionários de carreira que vão atuar lá.

“§1º É facultado ao Poder Executivo realizar concurso público específico para o provimento de cargos no Hospital de Base.

§ 2º Os critérios para remoção de servidores da Secretaria de Estado de Saúde para o Hospital de Base são definidos no regulamento.

§ 3º Os cargos em comissão do Hospital de Base são preenchidos por servidores públicos ocupantes de cargos efetivos das carreiras de que trata esse artigo.”

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	37		

Ou seja, da carreira de Saúde.

“Art. 4º Na autonomia conferida ao Hospital de Base, estão especialmente incluídas:

- I – A gestão de pessoal e patrimonial;
- II – A elaboração de sua proposta orçamentária e encaminhamento ao órgão central de planejamento e orçamento do Poder Executivo;
- III – A execução orçamentária e financeira;
- IV – A manutenção e a vigilância dos bens móveis e imóveis;
- V – A realização de licitações e a celebração de contratos administrativos, convênios, ajustes e instrumentos congêneres necessários à prestação dos serviços e à aquisição de equipamentos e insumos médico-hospitalares.

§ 1º O disposto neste artigo não impede o abastecimento de insumos médico-hospitalares, nem o fornecimento de equipamentos ou sua manutenção pela Secretaria de Estado de Saúde ao Hospital de Base.

§ 2º É vedado o contingenciamento das dotações orçamentárias alocadas ao Hospital de Base.

§ 3º Os recursos financeiros correspondentes às dotações orçamentárias do Hospital de Base do Distrito Federal devem ser repassados em duodécimos, até o dia 20 de cada mês, em cotas estabelecidas na programação financeira, exceto em caso de investimento, em que se deve obedecer ao cronograma estabelecido.

Art. 5º Fica criada na lei orçamentária anual a unidade orçamentária do Hospital de Base do Distrito Federal.

§ 1º O Poder Executivo deve encaminhar à Câmara Legislativa projeto de lei com as dotações necessárias às despesas correntes e de capital do Hospital de Base.

§ 2º As dotações iniciais do Hospital de Base não podem ser inferiores às despesas estimadas para suas despesas correntes e de capital no exercício financeiro de 2017.

Art. 6º No prazo de 60 dias da publicação desta Lei, o Poder Executivo deve encaminhar à Câmara Legislativa do Distrito Federal projeto de lei para criar o Fundo de Saúde do Hospital de Base.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.”

Portanto, Sr. Presidente, eu não fico só na conversa, eu não emendei o projeto porque o projeto é tão ruim, e eu já disse isso ao Secretário Humberto. O projeto é tão ruim que não merece emenda. É igual a tecido podre. Tecido podre não tem como emendar. Portanto, estou apresentando a esta Casa – e chamo o governo para a discussão –, está aqui a solução para o Hospital de Base. Não fico só

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	38		

no discurso, eu vou para a prática. Estudamos, e estamos apresentando a solução para o Hospital de Base. Topa, secretário? Estou disposto! Topa, Governador Rodrigo Rollemberg? Estou disposto. Fora disso, é conversa para boi dormir. E conversa para boi dormir, eu não aceito.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Quero dar uma informação. Todos os Deputados que quiserem entrar e protocolar emendas precisam fazer antes da leitura do projeto, está certo? Depois de lido o projeto para iniciar o processo, não temos mais condições de fazer a entrada de emendas.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós fizemos – há pouco eu fiz uma fala sobre isso –, em meados de março, três requerimentos. Depois houve dois outros de caráter coletivo, datados do dia 16 de março. Eu recebi hoje, como mencionei, no final da manhã, duas respostas. Sou agradecido, mas quero registrar no plenário que foi apenas parcial a resposta que recebi.

Em primeiro lugar, eu tinha expectativa, conforme o requerimento dizia, de que o governo apresentasse as planilhas de custos do Hospital de Base. Quais são os pontos de entrave? Quais são os gargalos que têm impedido e têm levado a esse quadro de absoluta precariedade o Hospital de Base? Nós precisamos entender o que levou o Hospital de Base a entrar nessa crise. Inclusive, há pouco a Deputada Liliane Roriz registrou que grandes nomes da saúde pública no Distrito Federal trabalharam no Hospital de Base. O que aconteceu?

É muito ruim partirmos para um projeto sem saber das coisas e sem ter o conhecimento. Se eu indagar aqui a qualquer Deputado qual é o custo semanal do Hospital de Base, em que essa composição existe, quais contratos de manutenção estão em vigor, ou não estão, etc... O que eu recebi? Recebi o contrato do Hospital da Criança; recebi a lei, notoriamente conhecida – a Lei 4.081, do Governo Arruda, que permite o ingresso de OS no sistema da saúde –; e uma ata do Hospital de Base, que, inclusive, se reporta a documentos levantados aqui por nós.

O que me deixou assustado – e aí, Sr. Presidente, eu chamo a atenção para isto – é que um dos requerimentos solicitados foi com relação ao parecer da Procuradoria do Distrito Federal. Eu queria destacar que o que eu recebi foi o parecer do consultor chefe da Secretaria de Saúde.

Sr. Presidente, vou pedir muita atenção de V.Exa., porque essa coisa faz toda a diferença. Eu me reportei a sua pessoa porque V.Exa. presidiu um seminário em que o Procurador se manifestou, mas ele fez não como procurador integrante do quadro da Procuradoria, ele o fez como chefe da consultoria da Secretaria de Saúde. Eu não sei se faz diferença um parecer ser aprovado no âmbito da Procuradoria –

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	39	

acho que o Deputado Chico Leite pode nos orientar – ou no âmbito da Secretaria de Saúde, que é a diretamente interessada.

Eu entendo que isso faz toda a diferença. Um é o órgão que tem autonomia de pensar; o outro é um órgão que concedeu um cargo comissionado. Aí, naturalmente, pode ser até que meu juízo tenha extrapolado em função do debate – peço desculpas –, mas entendo que quem tem de enviar é a Procuradoria do Distrito Federal, e não a consultoria da Secretaria. Peço que seja explicado, Deputado Chico Leite. O entendimento é esse mesmo, ou são coisas diferentes? Isso faz toda a diferença, Sr. Presidente, no debate desta questão.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure, pela sua colocação.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aquela preliminar que eu tinha levantado, secundando inclusive o Deputado Cláudio Abrantes com relação a qual o instrumento adequado e qual o *quorum* necessário para aprovação, parece-me que foi parcialmente respondida pelos debates. De qualquer maneira, ainda remanesce uma parte.

Mas existe aí uma questão que, parece, já se tornou consensual. A própria base do governo parece que vai suprimir o artigo 10. Isso, é claro, tem consequências. É uma questão de sistematizar qualquer projeto de lei. A lei não existe aleatoriamente: eu chego e coloco um artigo, o outro chega e coloca outro artigo. Ela tem que ser sistêmica, e para ser sistêmica, Sr. Presidente, a primeira consequência clara da supressão desse artigo é que invocará uma série de tributos, o que gerará custos. Eu me atrevo a dizer que, no mínimo, vai encarecer em 30% o valor dos custos.

No calor da discussão, muitas vezes as pessoas não pensam. Mas é necessário que a gente pense. Eu acredito que caberia à Secretaria de Saúde, neste momento – parece que ela está como patrona desse projeto –, retirá-lo até para poder reformá-lo e adaptá-lo às novas condições. Continuo entendendo que é necessário maioria absoluta, mas como o governo vai retirar aquela suposta isenção tributária, naturalmente isso vai acarretar um acréscimo de, pelo menos, 30%. Para que a lei seja correta, é necessário que ela esteja sistematizada.

Por essa razão – eu não deveria ajudar o governo, mas como tenho obrigação de ajudar a cidade –, proponho que o governo, para não incorrer em erro, retire o projeto e tente adaptá-lo à nova vontade que foi exposta aqui pela própria base do governo.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	40	

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, um cidadão ali – aquele cidadão de branco – está atacando o Secretário de Saúde, os Parlamentares.

Eu queria pedir para os seguranças o conduzirem à Copol. As pessoas podem se manifestar aqui, mas atacar a honra das pessoas, jamais! Portanto, eu queria solicitar, Sr. Presidente, que o conduzam imediatamente e, mais uma vez, adotem providências contra ele. Isso aqui não é casa da mãe joana. Não vão tratar os Parlamentares como se fossem bandidos, nem os visitantes. Então, carreguem imediatamente e adotem as devidas providências contra esse cidadão.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato a solicitação do Deputado Wellington Luiz. Eu quero pedir uma coisa. Por favor, que a segurança o conduza à Copol com toda a tranquilidade, sem agressão. Não é bandido, é um cidadão, mas está desrespeitando as pessoas aqui. Tenham calma, por favor. Muita calma. Peço para conduzi-lo. Eu peço que a gente se respeite mutuamente aqui. A gente está fazendo uma discussão republicana nesse processo.

Quero agradecer ao Deputado Wellington Luiz e ao Deputado Raimundo Ribeiro.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. É o último Parlamentar a falar nos Comunicados de Parlamentares. A partir daí, passaremos à Ordem do Dia.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Rede. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres pares, galeria, eu creio que a minha posição já ficou clara nas minhas intervenções e naquilo que eu falei durante esse debate.

Eu reconheço que a saúde pública do Distrito Federal, realmente, clama por intervenções que visem a melhorar a gestão e o atendimento ao usuário. É necessário, sim, tentar e ousar, como disse o nobre Deputado Delmasso, que é Líder do Governo aqui. Mas eu penso, Sr. Presidente, como já foi posto aqui por outros Parlamentares, que a questão da saúde pública precisa ser atacada onde mais se necessita de cuidados da saúde pública.

Ora, o Hospital de Base do Distrito Federal é nosso hospital de excelência. Ele é o único hospital terciário de toda a rede. Lá estão todos os profissionais mais gabaritados do Distrito Federal. (Palmas.) Por que ousar colocar em risco justamente o melhor que nós temos? Por que avançar – vamos dizer como se diz no popular – sobre o filé mignon da rede? Se vamos ousar, vamos tratar, como disse o nobre Deputado Chico Vigilante. O Hospital de Planaltina não tem pediatra. No do Gama, é a mesma coisa. Foi feito um contrato temporário, e os pediatras pediram exoneração em uma ou duas semanas. Secretário, V.Exa. sabe disse. Embora eu respeite muito o Secretário Humberto, que está aqui e que está tentando e lutando, eu não posso, em hipótese nenhuma, imaginar que a solução de todo esse sistema problemático que nós temos... O Centro de Saúde nº 3 de Planaltina está com ordem de despejo, e nós não conseguimos solucionar isso. O Hospital de Base é o receptáculo de todos os

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	41

hospitais. Eu brincava hoje falando assim: todos os caminhos levam ao Base. E nós vamos fazer uma experiência com ele? Não posso concordar, não aceito.

Além de tudo, nós temos uma série de questões que já foram postas aqui quanto às fragilidades deste projeto de lei. Foi falado sobre essa questão da isenção, muito bem colocada pelo Deputado Wellington Luiz e repercutida pelo Deputado Raimundo Ribeiro e outros. Nós temos um problema aí na isenção. Se se admite o art. 10 que está posto no projeto – e, por isso, minha fala, porque eu falo em cima do projeto, não posso em falar em cima de emenda, eu tenho que falar em cima do que o governo mandou para nós e não em cima da emenda que foi proposta –, se o art. 10 passa, está configurada uma inconstitucionalidade formal – insisto nisso –, porque a isenção tem que ser dada por lei específica e tem que ter maioria absoluta. Mesmo que nós não tenhamos votado ainda, Presidente, o que está posto é maioria simples. Então, eu não concordo com isso. Ao mesmo tempo, a Lei Complementar nº 13, no seu art. 94, diz que essa isenção só pode ir até o PPA – Plano Plurianual e não *ad aeternum*. Ou seja, nós temos uma incongruência muito grave no art. 10. Mas vamos dizer que ela seja corrigida na forma da Emenda nº 25, apresentada pelo Deputado Juarezão. Persiste o problema, porque a tão falada redução de custo, melhoria de custo vai por água abaixo sem a isenção, o que foi muito bem colocado pelo Deputado Wellington Luiz. Ou seja, nós temos, sim, uma problemática grande sobre o projeto do ponto de vista legislativo. Portanto, eu não posso deixar de vir aqui marcar a minha posição.

Eu gostaria de pedir licença também a V.Exa., Sr. Presidente, para dizer que nós temos um companheiro de bloco, o Deputado Prof. Reginaldo Veras, que infelizmente sofreu um acidente, teve que se submeter a uma cirurgia e está proibido de sair de sua residência. S.Exa. queria, inclusive, vir aqui de cadeira de rodas para marcar sua posição, mas não pôde por recomendação médica. Recomendação não, proibição mesmo. Se fosse só recomendação, eu creio que S.Exa. não aceitaria, S.Exa. descumpriria a recomendação, tão grande é a responsabilidade do Deputado Prof. Reginaldo Veras.

S.Exa. enviou uma carta. Eu peço licença – não sou mais líder do bloco – para ler a carta marcando a posição do Deputado Prof. Reginaldo Veras. Eu gostaria que ouvissem e tratássemos... Eu estou fazendo um pronunciamento com respeito. Espero que permaneça dessa maneira.

“Nobres pares, infelizmente, em razão de revisão cirúrgica agendada para a tarde desta quarta-feira, devido à ruptura total do meu tendão de aquiles esquerdo, ocorrida no último dia 5 de junho, não poderei comparecer à apreciação do Projeto de Lei nº 1.486, de 2017, do Poder Executivo, que “cria o Instituto Hospital de Base do Distrito Federal”, prevista para ocorrer hoje nesta tarde. Eu gostaria de estar aí para votar contrariamente ao projeto, como já fiz na Comissão de Educação, Saúde e Cultura e também na Comissão de Constituição e Justiça. Mas a recomendação médica, a orientação médica, a determinação é que eu fique de repouso por vinte dias desde o dia 5 e faça sessões de fisioterapia por quarenta dias.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	42		

Sei das dificuldades que a saúde pública do Distrito Federal passa, mas acredito que não é a criação desse instituto que mudará este quadro. Precisamos de políticas públicas de assistência primária, de otimização dos recursos e respeito aos servidores públicos da área da saúde.

Sem mais, subscrevo-me.

Atenciosamente, Prof. Reginaldo Veras, Deputado Distrital.”

É esse o posicionamento do nosso colega.

Por fim, Sr. Presidente, quero apenas dizer que, às vezes, as pessoas falam assim: “Ah, você está do lado do povo, não está do lado do povo.” Ora, imaginar que esta Casa, que os Parlamentares que são contrários não estão do lado do povo é, no mínimo, uma incoerência muito grande, porque nós temos relatos aqui, bem trazidos pelo Deputado Wasny de Roure, da própria CNBB, através da pastoral. Nós temos manifestações de conselhos, e, nos conselhos, está a previsão também dos usuários. Tudo isso nos leva a crer que este projeto não deve prosperar, que não deve ser criado o Instituto do Hospital de Base.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Cláudio Abrantes.

Consulto os líderes para saber se há acordo para superarmos o sobrestamento dos itens de nº 1 a 153 relativos aos votos da Ordem do Dia e votarmos as demais proposições da Ordem do Dia e itens extrapauta. (Pausa.) Não havendo manifestação em contrário, procederemos à votação do primeiro item.

Nós temos dois projetos de decreto legislativo que já passaram por todo o processo, são homologações. A Embrapa, por exemplo, está sofrendo muito em relação ao processo. Eu gostaria de fazer a votação desses dois PDLs neste momento. Ontem, inclusive, nós fizemos toda a leitura das emendas, fizemos todo o acordo necessário para votarmos esses dois PDLs. Eu queria fazer a votação desses dois PDLs.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, V.Exa. fez um questionamento para saber se há acordo para superarmos os vetos. Por nosso bloco, há acordo para superarmos os vetos e entrarmos na votação somente desses dois PDLs, Sr. Presidente. Para votarmos o projeto do Instituto Hospital de Base, não há acordo por parte do nosso bloco.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito. Eu vou contabilizar aqui, Deputada Celina Leão. V.Exa. sabe como é o processo da maioria. Pelo Bloco Trabalho por Brasília, não há acordo para votarmos o projeto do Hospital de Base, para o sobrestamento. Como o restante não se manifestou, há acordo.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	43		

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Item extrapauta:

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 230, de 2016, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que "homologa o Convênio ICMS nº 56, de 2012, e cláusula primeira, inciso CLXXVII, do Convênio ICMS nº 107, de 2015".

Tramitação concluída.

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero, primeiro, dar um esclarecimento, Deputado Delmasso. Eu tenho em minhas mãos duas emendas: uma emenda destaca o inciso CLXXVII do Convênio do ICMS nº 107; e a outra procura incluir uma série de incisos do Convênio 49, de 25 de abril de 2015.

Quero perguntar se essa emenda está inclusa. Se estiver, o Convênio 49 prevê uma série de benefícios nela que não têm previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Eu teria que me aprofundar. Não tenho como votar em um projeto desse, baseado em um conjunto enorme, sem previsão. Vossa Excelência, que fez a emenda, é que deveria dizer o que tem previsão e o que não tem. Não sou eu, aqui, em uma matéria com vários benefícios fiscais. O senhor é que apresentou a emenda.

Eu disse: há previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias? A informação que tenho é de que não há. Então, Sr. Presidente, alerta aos colegas, porque essa emenda pode contaminar todo o projeto. Quanto à primeira emenda, a que se refere apenas ao inciso CLXXVII, não tenho nenhuma dificuldade. Mas nós temos uma outra emenda que se reporta ao Convênio do ICMS 49, que trata do inciso I, II, III, VI, VIII, IX, X – e, aí, eu vou tomar um tempo enorme – e está em vigência até 30 de setembro de 2019. Para isso, teria que haver previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Com relação ao 177, há previsão. Esse, eu tenho certeza e votaria com tranquilidade. Agora, com essa emenda, Sr. Presidente, não tenho como votar favoravelmente à matéria.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Srs. Deputados, quero lembrar que ontem aprovamos essa emenda nessa matéria.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero só esclarecer ao Deputado Wasny de Roure que essas emendas foram solicitadas pela Secretaria de Estado de Fazenda, e a grande maioria delas são renovações de convênios que o Distrito Federal, desde 1991, já vinha executando na

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	44		

sua totalidade. Uma delas trata da isenção de ICMS em aquisição de veículos para pessoas com deficiência. Hoje, por exemplo, não se está dando esse benefício, porque esse convênio não foi renovado. Eu queria pegá-lo com V.Exa. Não estou com ele aqui; estava ontem, na hora de fazer o debate na aprovação das Comissões.

Existe um outro convênio também que dá isenção para a Embrapa, para a UnB, para equipamentos médico-hospitalares e para a Fundação Hemocentro, que trabalha com a parte de sangue.

E ainda mais: há um convênio que estamos renovando que dá o ICMS para os taxistas. Então, não existe nenhum convênio novo que estamos homologando nessas emendas que foram apresentadas por mim, a pedido da Secretaria de Fazenda.

Tendo em vista que é uma renovação de convênio e esses convênios já vêm sendo executados pelo Governo do Distrito Federal – a Secretaria de Fazenda, obviamente, quando informa, pede para fazer essa inclusão. Inclusive, existe um decreto legislativo em tramitação aqui que fala sobre a homologação desses convênios –, acredito que não há problema nenhum.

Deputado Wasny de Roure, V.Exa. tem relação de todos os convênios aí. Vou citar aqui um por um e peço a minha Assessoria que me traga aqui o anexo, inclusive, da emenda que apresentamos no projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o colega até me sugeriu fazer um destaque, mas não vou fazer. Eu apenas fiz uma pergunta: há previsão na LDO? A informação que tenho – não a tenho por inteiro – é de que não há previsão do Convênio 1 na LDO, no entanto, ele está incluído. Já os Convênios 3 e 4 têm previsão. Então, como foi feita uma emenda que coloca um conjunto enorme de convênios, não apenas os do deficiente e do taxista, vou me abster nessa votação. Não discuto o mérito, concordo plenamente com o mérito relatado pelo Deputado Delmasso, é uma questão de forma e de responsabilidade. Então, não vou apresentar o requerimento, mas vou me abster nessa votação.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Não é o projeto do Instituto Hospital de Base?

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não, é o Projeto de Decreto Legislativo sobre a homologação dos convênios da Secretaria de Fazenda.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	45

DEPUTADO JULIO CESAR – Não dá para a gente ir para a votação do projeto do Instituto Hospital de Base?

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Nós vamos, sim, só que tem um monte de gente. As pessoas com deficiência não estão comprando os carros, uma série de problemas.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não sou Líder, mas chamo à responsabilidade todos os Deputados que estavam na reunião ontem, Deputado Wellington Luiz, presidida pelo Deputado Joe Valle. A única coisa que pode valer aqui é a nossa palavra. Se a nossa palavra não valer, acabou. Nós acertamos ontem, Deputado Joe Valle – V.Exa. é testemunha – que iniciáramos os debates hoje pelo projeto do Hospital de Base, mas só o votaríamos na terça-feira. Ontem estávamos lá, e os Deputados se lembram disto: não foi acertado que o votaríamos hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Chico Vigilante, peço um tempo, por favor. nós vamos discutir isso, o Projeto de Decreto Legislativo está em discussão e estamos entrando na votação. Logo em seguida à votação desse PDL da homologação, que é extremamente importante, voltaremos a essa questão.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Estou deixando isso claro porque vi o Deputado Júlio César querendo passar por cima do acordo.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Negativo, Sr. Presidente. acho que o Deputado Chico Vigilante está enganado. Eu só perguntei a que horas iríamos votar o projeto do Instituto Hospital de Base. Ninguém está querendo passar por cima. Jamais foi do meu feito fazer isso, Deputado Chico Vigilante. Fique tranquilo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Estamos discutindo o projeto da homologação. Só quero lembrar a importância dessa homologação.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

A Presidência informa que são necessários 16 votos para a aprovação da matéria. Relembro a importância desse projeto.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	46

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tendo em vista o questionamento do Deputado Wasny de Roure, concordo com S.Exa. Ele está agindo com responsabilidade e me cedeu o levantamento que fez.

Eu queria, então, apresentar um destaque para os incisos que, segundo a assessoria do Deputado Wasny de Roure, não estão incluídos na LDO. Quero fazer o destaque desses incisos da emenda que apresentei, retirando-os e votando os incisos que estão previstos na LDO. Acho que, assim, resolvemos o problema no referido projeto.

Deputado Joe Valle, repetindo: quero fazer o destaque, dentro da minha emenda, dos incisos que citamos, conforme o levantamento feito pelo Deputado Wasny de Roure. Agradeço a S.Exa. a responsabilidade com levantamento feito, com base naquilo que não está talvez previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Votamos, então, de acordo com o levantamento do Deputado Wasny de Roure.

Quero, mais uma vez, agradecer à assessoria de S.Exa. e à assessoria do Partido dos Trabalhadores. Que votemos o destaque da minha emenda, rejeitando os itens que vou sugerir aqui, que estão previstos na emenda.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Delmasso, eu não tenho como destacar parte da emenda. V.Exa. apresente uma outra emenda para podermos trabalhar.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, veja bem! Sr. Presidente, peço a sua atenção, por gentileza. É que o Convênio nº 49 é um convênio, como V.Exa. pode ver, 177, que inclui muitos itens. Nós precisamos cruzar a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, que estabelece as previsões por exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal nos termos do art. 14, aquilo que prevê a renúncia fiscal e o seu reflexo no orçamento posteriormente. Isso é colocado lá na LDO, e depois, no orçamento.

Então, Sr. Presidente, nós fizemos um levantamento. Eu não tenho certeza se abrange todos os itens colocados na emenda do Deputado Delmasso. Alguns nós temos claro que tem previsão, outros não têm previsão, mas eu não sei se inclui todos. Então eu quero destacar, porque na realidade eu acho que prudente seria retirar essa emenda. Acho mais prudente. Votaríamos apenas aquela primeira emenda. No entanto, ele que é o autor e eu não posso comprometer. Mas eu quero alertar os nobres colegas Deputados.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	47		

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, está havendo um equívoco, tanto por parte do Deputado Wasny de Roure, como a princípio, pelo nosso Líder do governo, porque já existe essa previsão de maneira global na LDO, prevendo essa renúncia. Nós examinamos isso na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Então, não cabe nada, só cabe votarmos. Não tem nenhuma irregularidade neste processo.

Quero só prestar essa informação à V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Eu agradeço ao Presidente da CEOF.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, era só para fortalecer realmente o que o Deputado Agaciel Maia falou. Existe um dispositivo na LDO que abre espaço para homologação de outros convênios que não estejam listados dentro da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Eu acabei de ver, o Adriano acabou de me mostrar ali. Do ponto de vista legal essa homologação de convênio de ICMS está prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias nesse item global, ou seja, aqueles que não estão previstos nominalmente. Aqueles que já estão previstos nominalmente já estão dentro da LDO. Nesse caso, todos os itens que foram colocados na minha emenda estão abarcados dentro da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado.

Eu gostaria de chamar os Deputados para a votação. Temos somente 15 Deputados presentes, e são necessários 16 votos favoráveis. Eu gostaria de chamar os Deputados para virem à sessão.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como eu não faço nada que não seja às claras, quero deixar claro o seguinte: se for o projeto como ele veio, sem as emendas, eu vou votar a favor. Se não for, eu vou me abster. Quem precisa de 16 votos é o governo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Bom, eu só vou deixar claro para as pessoas: não temos *quorum* necessário para fazemos essa votação.

Todas as pessoas com deficiência que estão precisando comprar carro não estão comprando aqui. A Embrapa está tendo um prejuízo enorme nas importações para pesquisas. Só deixando claro que, a cada semana que a gente passa sem votar essa homologação, a Embrapa tem um prejuízo enorme, porque é uma empresa de pesquisa, importante. Está certo? Isso está acontecendo em nosso território. Está certo? Então, eu vou fazer uma consulta e colocar em votação.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	48	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Com todo respeito ao Deputado Agaciel Maia que tem exercido a condição de relator na maioria das vezes durante esses dois mandatos, eu queria, Deputado Agaciel Maia, dizer à V.Exa. o seguinte: para este ano, há uma rubrica geral, sim, que vem sendo utilizada, sim. Para este ano, se há disponível ou não, não tenho informação; mas, para o próximo ano – V.Exa. inclusive é Relator –, o projeto de lei da LDO não prevê essa rubrica geral.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há alguns Parlamentares no cafezinho, outros nos gabinetes, porque estão achando que essa discussão vai se prolongar. Peço para V.Exa. chamá-los para que a gente possa deliberar sobre esse assunto. É matéria inerente a benefícios, principalmente de pessoas com necessidades especiais. Eu acredito que os Parlamentares tenham o máximo de interesse em atender isso da maneira mais célere possível.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Claro. Eu estou fazendo esse apelo aos Deputados porque são muitos segmentos que estão sendo muito prejudicados por essa demora na aprovação dessa homologação dos convênios.

Consulto os Deputados Chico Vigilante e Wasny de Roure.

Deputado Wasny de Roure, V.Exa. mantém o mesmo posicionamento de votar contra? (Pausa) Ok.

Deputado Chico Vigilante? (Pausa) Vai se abster.

Então, não temos *quorum* para essa matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo ao Deputado Wasny de Roure, por quem tenho grande respeito por ser um dos nossos professores, e ao Deputado Chico Vigilante, porque eu também nem posso dizer que vou prever algo na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018, porque ela sequer foi votada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Entendeu?

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Entendi.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Eu acho que é uma coisa de benefício das pessoas que realmente precisam disso.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	49		

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Nós temos os dezesseis Parlamentares favoráveis, então coloco em votação.

A Presidência informa que a proposição necessita de 16 votos para a sua aprovação.

Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 230, de 2016. (Pausa.)

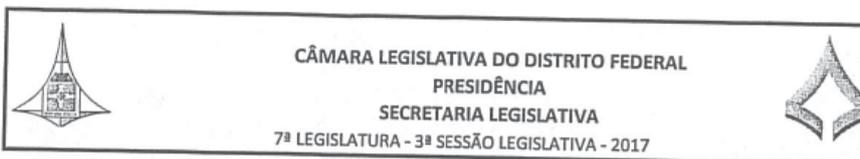
Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 230/2016 DATA: 14/06/2017
AUTORIA: COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS
TURNO ÚNICO REDAÇÃO FINAL APROVADA (x)

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CELINA LEÃO	PPS				1		
4	CHICO LEITE	REDE				1		
5	CHICO VIGILANTE	PT			1			
6	CLÁUDIO ABRANTES	REDE	1					
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1					
8	DELMASSO	PODEMOS	1					
9	JUAREZÃO	PSB	1					
10	JULIO CESAR	PRB	1					
11	LILIANE RORIZ	PTB	1					
12	LIRA	PHS	1					
13	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
14	PROF. ISRAEL	PV	1					
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT				1		
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS				1		
18	RICARDO VALE	PT			1			
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD	1					
21	TELMA RUFINO	PROS	1					
22	WASNY DE ROURE	PT			1			
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	JOE VALLE	PDT	1					
RESULTADO			16	0	3	5	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADO	
16	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
3	ABSTENÇÕES
5	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
19	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA TELMA RUFINO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	50

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis e 3 abstenções. Houve 5 ausências.

Está aprovado. (Palmas.)

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 230, de 2016, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que "homologa o Convênio ICMS nº 56, de 2012, e cláusula primeira, inciso CLXXVII, do Convênio ICMS nº 107, de 2015".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 289, de 2017, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que "Homologa o Convênio ICMS nº 27/2006 e a cláusula primeira, inciso CXX, do Convênio ICMS 107/2015".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

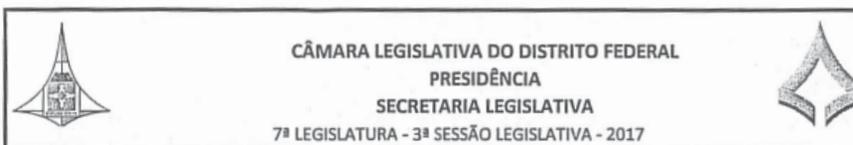
Em votação.

Esta Presidência informa que este projeto necessita de 16 votos favoráveis para a sua aprovação

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 289/2017 DATA: 14/06/2017
AUTORIA: COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS
TURNO ÚNICO REDAÇÃO FINAL APROVADA (X)

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CELINA LEÃO	PPS				1		
4	CHICO LEITE	REDE				1		
5	CHICO VIGILANTE	PT	1					
6	CLÁUDIO ABRANTES	SEM PARTIDO	1					
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1					
8	DELMASSO	PODEMOS	1					
9	JUAREZÃO	PSB	1					
10	JULIO CESAR	PRB	1					
11	LILIANE RORIZ	PTB	1					
12	LIRA	PHS	1					
13	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
14	PROF. ISRAEL	PV	1					
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT				1		
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS				1		
18	RICARDO VALE	PT	1					
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD	1					
21	TELMA RUFINO	PROS	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	JOE VALLE	PDT	1					
RESULTADO			19	0	0	5	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO APROVADO	
19	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
5	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
19	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIA DA SESSÃO
DEPUTADA TELMA RUFINO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			
			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	51

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis. Houve 5 ausências.

Está aprovado em turno único.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 289, de 2017, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que "Homologa o Convênio ICMS nº 27/2006 e a cláusula primeira, inciso CXX, do Convênio ICMS 107/2015".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu recebi recentemente uma resposta da consultoria jurídica, lavrada nos termos do Memorando nº 453, de 2017. Essa consulta fala sobre a constitucionalidade de projeto de decreto legislativo de iniciativa de Parlamentar que homologa convênio de ICMS.

Eles entendem que as iniciativas, seja na forma de projeto de lei, de projeto de decreto legislativo, de emenda, nos termos dos arts. 19, 53 e 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal e dos arts. 37, 74, 163 da Constituição Federal, são inconstitucionais. Isso já está na rede interna de computadores desta Casa.

Sugiro que os colegas Deputados leiam, por conta do teor, já que é um parecer desta instituição, inclusive.

De toda maneira, Sr. Presidente, solicito que V.Exa. autorize a transcrição nas notas taquigráficas da Consulta nº 583, de 2017, sobre essa matéria.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	52		

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato a solicitação do Deputado Wasny de Roure.

(Documento a que se refere o Deputado Wasny de Roure.)

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

TERCEIRA SECRETARIA
Assessoria Legislativa - ASSEL
Unidade de Constituição e Justiça - UCJ

**CONSULTA Nº 583/2017**

Consulta sobre a constitucionalidade de Projeto de Decreto Legislativo de iniciativa de parlamentar que homologa Convênio ICMS. Inconstitucionalidade. Ofensa aos arts. 37, 74, 163 da Constituição Federal e aos arts. 19, 53 e 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

SOLICITANTE: Deputado Wasny de Roure

O Gabinete do Deputado Wasny de Roure encaminhou Solicitação de Serviço à Unidade de Constituição e Justiça sobre a constitucionalidade de Projeto de Decreto Legislativo de iniciativa de parlamentar que homologa Convênio ICMS.

Inicialmente, observa-se que o inciso I do art. 163 da Constituição Federal determina que Lei complementar disporá sobre finanças públicas.

Art. 163. Lei complementar disporá sobre:

I - finanças públicas;

(...)

A norma que atende ao disposto no inciso I do art. 163 da Constituição Federal é a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei complementar nº 101/2000. Essa LC, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. E o art. 14 da LRF determina os requisitos para a implementação de renúncia de receita tributária:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA
Assessoria Legislativa - ASSEL
Unidade de Constituição e Justiça - UCJ



Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições: (Vide Medida Provisória nº 2.159, de 2001) (Vide Lei nº 10.276, de 2001)

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I - às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II - ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

Em face da prudência com que devem ser geridos os haveres públicos, deve-se observar que Projeto de Decreto Legislativo com a finalidade de homologar convênio ICMS deve atender ao caput do art. 14 da LC 101/2000, quanto à estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes. Deve-se destacar que o atendimento à LRF, à LDO e à LOA não representam meros requisitos formais. É necessário que se comprove que a renúncia fiscal não vulnera as capacidades financeiras do Estado e que os benefícios de certa política de incentivo fiscal não ultrapassam os prejuízos, caracterizados pela queda na arrecadação tributária.

Preocupa, porque não é incomum, por exemplo, que Projetos de Decreto Legislativo de autoria de parlamentares com o objetivo de homologar convênios ICMS não atendam à LRF, à LDO e à LOA, uma vez que apresentam em suas justificações estimativa de impacto orçamentário-financeiro meramente formal, elaborada sem metodologia apropriada e, muitas vezes, em desacordo com a legislação que rege a



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA
Assessoria Legislativa - ASSEL
Unidade de Constituição e Justiça - UCJ



matéria. Deve-se observar, em vista disso, que a citada ausência de estimativa de impacto orçamentário-financeira impossibilita o planejamento, o controle e a avaliação desse tipo de renúncia tributária.

Nesse contexto, deve-se ressaltar que a Lei de Responsabilidade Fiscal é norma que confere concretude ao Princípio Constitucional da Eficiência¹, porquanto estabelece parâmetros para a gestão responsável e sustentável dos recursos públicos.

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e **eficiência** e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

Para Alexandre de Moraes², "Na doutrina, Sérgio de Andréa Ferreira já apontava a existência do princípio da eficiência em relação à administração pública, pois a Constituição Federal prevê que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades privadas (CF, art. 74, II³)"⁴.

Por isso, a inobservância da Lei de Responsabilidade Fiscal, da Lei de Diretrizes Orçamentária e da Lei Orçamentária Anual, bem como a inexistência de estudo abalizado sobre os benefícios e os efeitos da renúncia fiscal configuram ofensa

¹ Para Alexandre de Moraes, o princípio da eficiência é o que impõe a Administração Pública direta e indireta e a seus agentes a persecução do bem comum, por meio do exercício de suas competências de forma imparcial, neutra, transparente, participativa, eficaz, sem burocracia e sempre em busca da qualidade, primando pela adoção dos critérios legais e morais necessários para a melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitar desperdício e garantir um maior rentabilidade social. Alexandre de Moraes, *Constituição Interpretada*, São Paulo: Atlas, 2001 p. 791.

² Alexandre de Moraes, *Constituição Interpretada*, São Paulo: Atlas, 2001 p. 790.

³ Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

⁴ Nesse mesmo sentido, "o inciso II do art. 74 da Constituição dispõe, ao tratar da finalidade do sistema de controle interno integrado, que deverão manter os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, que terão a obrigação de comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades privadas". Gilmar Ferreira Mendes, *Curso de Direito Constitucional*, São Paulo: Editora Saraiva, 2011, p. 866.

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**TERCEIRA SECRETARIA
Assessoria Legislativa - ASSEL
Unidade de Constituição e Justiça - UCJ

ao princípio da eficiência. Deve-se destacar, nesse sentido, lição de Uadi Lammêgo Bulos para quem:

Como norma constitucional, o princípio da eficiência desempenha força vinculante sobre toda a legislação ordinária. Por isso, serve de substrato para a declaração de inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo contrário à plenitude de seus efeitos.⁵

Em face do exposto, verifica-se que Projeto de Decreto Legislativo que não atenda ao disposto na Lei complementar federal nº 101/2000, aos dispositivos das Leis Orçamentárias e que não seja fundamentado por estudo técnico que trate dos efeitos da renúncia pretendida viola, por conseguinte, o Princípio Constitucional da Eficiência. Ressalta-se que o atendimento ao disposto nessa legislação e em estudos técnicos constitui parte fundamental do conjunto de medidas que viabilizam a gestão orçamentária e financeira eficiente do Poder Público.

É digno de nota, ainda, que o Governador do Distrito Federal permanece à margem do processo legislativo que envolve a homologação desse tipo de convênio, quando proposto por parlamentar. Se até meados dos anos da década de 1990 (com a promulgação da Emenda Constitucional 3/93), o Poder Legislativo ficava à margem do processo de decisão acerca desse tipo de renúncia fiscal, porque as isenções derivadas de convênios do CONFAZ eram veiculadas por decretos e havia evidente ofensa ao princípio da legalidade e às prerrogativas do Poder Legislativo, hoje, a *contrario sensu*, causa estranheza, em face de clara ofensa ao princípio da separação dos poderes e às prerrogativas do Governador do Distrito Federal, o uso de decreto legislativo para homologação desses convênios, sem a manifestação usual do Chefe do Poder Executivo por intermédio de Mensagem com razões e requisitos aptos a concessão do benefício fiscal.

Ocorre que a mera adesão, por parte do Poder Executivo do DF, a termos de um convênio no CONFAZ não aperfeiçoa o processo de concessão do benefício fiscal, que se subordina a contextos relacionados a questões econômicas, financeiras e sociais. No momento da adesão, pode não ser conveniente ou oportuna a determinado Ente federado a implementação daquele convênio, mas a política pública relacionada à concessão daquele benefício fiscal (fomento a certas áreas do setor produtivo que gerem mais receitas, mais empregos e mais desenvolvimento, por exemplo) pode, em outras ocasiões e influenciada por mudança de cenário, ser levada a termo pelo Ente federado signatário daquela autorização para desoneração de ICMS.

⁵ Uadi Lammêgo Bulos, *Curso de Direito Constitucional*, São Paulo: Editora Saraiva, 2007, p. 800.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA
Assessoria Legislativa - ASSEL
Unidade de Constituição e Justiça - UCJ



É certo ainda que o inciso XXIII do art. 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal atribui ao Governador do Distrito Federal a competência privativa para celebrar ou autorizar convênios, ajustes ou acordos. Mas a jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal, em decorrência do princípio da legalidade, determina que a mera adesão aos termos de um convênio no Conselho de Política Fazendária – CONFAZ não gera direito subjetivo aos contribuintes que poderiam beneficiar-se com a isenção:

*"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - INEXISTÊNCIA DE PRAZO DECADENCIAL - ICMS - CONCESSÃO DE ISENÇÃO E DE OUTROS BENEFÍCIOS FISCAIS, INDEPENDENTEMENTE DE PREVIA DELIBERAÇÃO DOS DEMAIS ESTADOS-MEMBROS E DO DISTRITO FEDERAL - LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DO ESTADO-MEMBRO EM TEMA DE ICMS (CF, ART. 155, § 2º, XII, "G") - NORMA LEGAL QUE VEICULA INADMISSÍVEL DELEGAÇÃO LEGISLATIVA EXTERNA AO GOVERNADOR DO ESTADO - PRECEDENTES DO STF - MEDIDA CAUTELAR DEFERIDA EM PARTE. (...) CONVÊNIO E CONCESSÃO DE ISENÇÃO, INCENTIVO E BENEFÍCIO FISCAL EM TEMA DE ICMS: A celebração dos convênios interestaduais constitui pressuposto essencial a válida concessão, pelos Estados-membros ou Distrito Federal, de isenções, incentivos ou benefícios fiscais em tema de ICMS. Esses convênios - enquanto instrumentos de exteriorização formal do prévio consenso institucional entre as unidades federadas investidas de competência tributária em matéria de ICMS - destinam-se a compor os conflitos de interesses que necessariamente resultariam, uma vez ausente essa deliberação intergovernamental, da concessão, pelos Estados-membros ou Distrito Federal, de isenções, incentivos e benefícios fiscais pertinentes ao imposto em questão. O pacto federativo, sustentando-se na harmonia que deve presidir as relações institucionais entre as comunidades políticas que compõem o Estado Federal, legitima as restrições de ordem constitucional que afetam o exercício, pelos Estados-membros e Distrito Federal, de sua competência normativa em tema de exoneração tributária pertinente ao ICMS. MATÉRIA TRIBUTÁRIA E DELEGAÇÃO LEGISLATIVA: **A outorga de qualquer subsídio, isenção ou crédito presumido, a redução da base de cálculo e a concessão de anistia ou remissão em matéria tributária só podem ser deferidas mediante lei específica**, sendo vedado ao Poder Legislativo conferir ao Chefe do Executivo a prerrogativa extraordinária de dispor, normativamente, sobre tais categorias temáticas, sob pena de ofensa ao postulado nuclear da separação de poderes e de transgressão ao princípio da reserva constitucional de competência legislativa. Precedente: ADIn 1.296-PE, Rel. Min. CELSO DE MELLO" (ADI 1.247-MC, Rel. Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, DJ 8.9.1995 - grifos nossos).*

Na verdade, as tensões e os conflitos entre os Entes federados nas questões relacionadas ao ICMS têm gerado dificuldades para edição de normas que corrijam as inadequações da hoje anacrônica Lei complementar federal nº 24/75. O Supremo Tribunal Federal tem atuado para a conformação dessa Lei complementar aos princípios e aos dispositivos da Constituição Federal. Por isso, é certo, também, que a atuação isolada do Poder Executivo na implementação de benefícios fiscais

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

TERCEIRA SECRETARIA -
Assessoria Legislativa - ASSEL
Unidade de Constituição e Justiça - UCJ



originados em ajustes no CONFAZ era inconstitucional. Hoje, a atuação isolada do Poder Legislativo na concessão de benefícios fiscais também se afigura inconstitucional, por ofensa ao princípio da separação dos poderes (art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal).

Deve-se destacar, em vista disso, que concessão de benefícios fiscal constitui política pública que não pode acontecer à margem do Poder Executivo, uma vez que homologação de convênio ICMS por decreto legislativo de autoria de parlamentar exclui o Governador do Distrito Federal da participação do processo legislativo que concretiza essa política pública.

Além disso, havendo a homologação de convênios ICMS sem a devida participação do Poder Executivo, observa-se embaraço à atuação prudente do Estado e à manutenção, de forma integrada, de sistema de controle interno com a finalidade de avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração pública⁶, em face de implementação de política pública de concessão de benefício fiscal de forma unilateral pelo Poder Legislativo.

Ressalta-se, também, que não se trata de fomentar embates de prerrogativas, mas de busca por postura colaborativa entre os órgãos e autoridades públicas, com objetivo de fortalecer as instituições, o processo democrático, os mecanismos de planejamento e controle de receitas e despesas públicas, sempre com a meta de densificar o princípio da eficiência.

Por esses motivos, com fundamento no *caput* do art. 37, no inciso II do art. 74 e no inciso I do art. 163, todos da Constituição Federal, e no *caput* do art. 19, no art. 53 e no inciso XXIII do art. 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal, verifica-se inconstitucionalidade em proposição que homologa convênio ICMS, quando iniciada por parlamentar e à margem da atuação do Governador do Distrito Federal.

Colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos ou para outras demandas relacionadas às nossas atribuições.

Brasília, 07 de junho de 2017

Wilson Barbosa
Consultor Legislativo

⁶ Constituição Federal, art. 74.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	53	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acatando a solicitação do Deputado Chico Vigilante, faço um esclarecimento, ao qual peço atenção de todos.

Tivemos uma reunião na segunda-feira em que ficou acordado discutirmos o projeto e, no meu entendimento, iniciarmos a votação, se houvesse condição, na quarta-feira, encerrando-a na terça-feira que vem. Como há cinquenta emendas ao projeto, faríamos a discussão das emendas e terminaríamos então a votação, depois das emendas discutidas, na terça-feira.

Vejam bem, como foi suscitada uma dúvida sobre esse processo, quero consultar os Líderes, temos uma consulta a fazer.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, lá houve o entendimento de que o encerramento dessa votação se daria na quarta-feira, o que nos libera, já que são tantas emendas. Se deixarmos a votação em primeiro turno para a próxima quarta-feira, corremos o risco de não a executar. Então, V.Exa., como Líder, seria descredenciado por estar descumprindo os termos acordados.

O que eu proponho a V.Exa., como encaminhamento, é fazermos a discussão, a apreciação das emendas e a votação em primeiro turno hoje e, conforme acertado, votarmos o segundo turno na terça-feira que vem, porque nós temos matéria demais, Sr. Presidente. Há muitas coisas para serem votadas, e corremos o risco de não conseguir fazer isso. Se nós estamos aqui, se fomos mobilizados para isso, acho que temos que fazer a votação em primeiro turno, mesmo porque, se o projeto for rejeitado no primeiro turno, não haverá sequer a votação da terça-feira que vem.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Agaciel Maia, esse é o meu entendimento, mas há dúvida, porque há outros Líderes que não entenderam assim.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estou nesta Casa há algum tempo, e V.Exa. também. A única coisa que vale no Parlamento é a palavra, a única coisa que vale. Sem palavra, com quebra de palavra, quebra-se a confiança.

O que nós acertamos no dia de ontem, e quem estava lá não pode dizer que foi diferente – Deputado Agaciel Maia, com todo respeito, V.Exa. estava lá –, é que iríamos iniciar a discussão no dia de hoje, iríamos abrir o debate que foi aberto aqui a todos os Deputados que quisessem falar a respeito do projeto – e isso está sendo feito – e que, na terça-feira, V.Exa. retomaria a votação em primeiro turno. Não foi

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	54	

dito que iríamos votar hoje em primeiro turno e que iríamos votar o segundo turno na terça-feira, não foi isso que foi dito. E V.Exa. é testemunha disso!

Portanto, Presidente Joe Valle, para mim não importa o tanto de projeto que temos. Há um problema sério aqui nesta Casa: as pessoas estão tratando esse projeto como se fosse uma brasa que está na mão e que tem que ser jogada para a frente imediatamente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não é o meu caso, Deputado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Entretanto essa brasa pode queimar mais gente lá na frente. Portanto, a melhor coisa é cumprir o que foi acertado. Evoco o testemunho do Deputado Wellington Luiz, que estava lá, a Deputada Celina Leão, outros Deputados estavam lá, a Deputada Telma Rufino estava lá também, todos eles sabem que foi assim. Havia Deputados da Base e Deputados da Oposição, e o que foi acertado foi isso, nada mais do que isso.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acho que não cabe outra interpretação, ficou muito claro, com respeito a todos os colegas. Nós deixamos bem claro que iniciariamos a discussão nesta quarta-feira, foi votado isso. Nós perdemos na votação porque queríamos iniciar a votação do projeto na terça-feira que vem e perdemos, ficou bem claro. Votamos eu, o Deputado Ricardo Vale, como Líder, e perdemos. Ficou acertado que iríamos iniciar a discussão hoje e iniciariamos a votação em primeiro turno na terça-feira que vem. Desculpem-me, mas não cabe outra interpretação a não ser essa, com todo o respeito ao meu companheiro, o Deputado Agaciel Maia, mas teria que cumprir, sim, Deputado, como V.Exa. bem disse, um acordo, se fizesse algo diferente disso.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Eu queria explicar aos nobres colegas que não estamos descumprindo nenhum acordo, mesmo porque haverá a discussão não só da matéria como também dos pareceres das Comissões, nos dois turnos.

Então, se fizermos a discussão e a votação em primeiro turno, ainda teremos a discussão, a análise das emendas de segundo turno, toda a discussão do segundo turno. Portanto, não estamos descumprindo nada, porque discussão haverá na votação dos pareceres das Comissões, depois na votação de primeiro turno, depois na de segundo turno; se forem apresentadas emendas de plenário, nós faremos a discussão sobre o parecer das emendas de segundo turno, ou seja, mais uma discussão, e ainda faremos a discussão de segundo turno. Então, teremos quatro discussões; nós estamos querendo queimar duas e deixar duas para terça-feira. Portanto, não estamos descumprindo palavra, não.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	55		

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estava presente nessa reunião. Entendo, até, o esforço do Deputado Agaciel Maia, mas, Deputado, o que está em discussão não é o procedimento, não são as fases de discussão que teremos aqui. O que está em discussão é um acordo que foi celebrado entre os Líderes – V.Exa., inclusive, acordou também.

A única divergência que aconteceu naquela reunião, naquele dia, foi se nós iniciaríamos a discussão na quarta-feira ou na próxima terça-feira. Foi proposta, inclusive, do Presidente, eu acho que condensando tudo o que tinha ouvido até aquele momento. A única dúvida que remanesca era essa.

Essa questão que V.Exa. colocou – conhecendo muito bem o Regimento –, de que nós teremos várias fases para podermos discutir, isso eu acho que é do conhecimento de todos, isso é notório. Mas o que estamos discutindo aqui é um acordo que V.Exa. ajudou a celebrar, de que não se esgotaria na sessão de hoje esse tema.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, foi colocado inclusive por mim o primeiro encaminhamento, que seria para discussão e votação do projeto na sessão de ontem. Aí foi levantado, não lembro por qual Parlamentar, por causa da citação que o Governador fez numa rede social, que não iniciaríamos nem discussão nem votação na terça-feira. Então, V.Exa. apresentou a proposta de iniciarmos a discussão e a votação na quarta-feira – hoje. Havia duas propostas: se iríamos iniciar na quarta-feira – hoje – ou na próxima terça-feira.

Então, eu gostaria, Sr. Presidente, já que pairou essa dúvida – eu, particularmente, também estou em dúvida sobre isso –, que se fizesse uma nova consulta aos Líderes que estão presentes no plenário: se votamos ou não votamos esse projeto hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só reiterando o que já falaram alguns colegas, eu estava também na reunião de Líderes, e V.Exa. foi muito claro – ou talvez não tão claro. V.Exa. falou assim: “Nós vamos começar os debates amanhã e terminar na terça, vamos votar na terça”. V.Exa. falou isso. Então, só quero reiterar o que foi dito.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	56		

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu estava aqui fazendo as contas dos Deputados que estão presentes no plenário, e a matemática é muito simples: se a Oposição sair, V.Exas. nem terão *quorum* para debater o projeto. Se eu, o Deputado Ricardo Vale, o Deputado Wasny de Roure, o Deputado Wellington Luiz e os Deputados que vão votar contrariamente ao projeto sairmos, não haverá *quorum* nem para debater. Então, eu acho que a gente não tem nem que discutir isso porque não haverá *quorum*, não haverá treze Deputados para discutir.

Sr. Presidente, foi importante V.Exa. ter criado um consenso para começarem os debates hoje. Os debates começaram, cada Deputado veio, as galerias ficaram cheias de tantas pessoas favoráveis e contrárias, mas iniciarmos essa votação hoje... Primeiro, porque é natural a obstrução, a saída dos Deputados que são contrários ao projeto para não dar *quorum* para discutir isso, como aconteceu no projeto do Uber. No projeto do Uber, doze Deputados saíram. A gente não tinha ninguém. Enquanto a gente não chegou a um consenso, a gente, realmente, não votou.

Então, eu faço um apelo a V.Exa. até para que não façamos a consulta aos Líderes, para que não fiquem Deputados derrotados e Deputados vencedores nessa situação.

Nós cumprimos o compromisso de começar a votar. Esta Casa não tem como adiar esse debate. Ele vai ser feito na terça-feira, sim, vai continuar sendo feito na terça-feira, porque nós iniciamos um processo de debate e ele está na pauta de votação. Mas dentro de um consenso, para não ficar isso de que discutimos no Colégio de Líderes ou não discutimos. Na terça-feira, se a gente conseguir fazer o destaque das emendas, discutir emenda por emenda, se a gente conseguir votar em primeiro turno, será natural.

Eu quero lembrar aqui para os colegas, para quem não se lembra disso, que, quando nós começamos a discutir o projeto do Uber, nós gastamos quase seis sessões para votá-lo: uma sessão para discutir, para brigar, outra para começar a votar em primeiro turno, outra para o segundo turno. E a gente até preservou os colegas, porque sabia que havia pessoas contrárias e pessoas favoráveis. Colocamos dois telões do lado de fora para que os Deputados pudessem se manifestar de forma livre e não haver agressões à pessoa dos Deputados.

Então, o apelo que eu faço a V.Exa. é para que a gente não tenha que sair do plenário, para que a gente possa continuar essa votação na terça-feira.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero fazer um apelo ao bom senso, especialmente aos operadores da Base do

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	57	

governo. Quero dizer a eles que essa Base a gente conhece, e ela não é tão sólida assim. De vez em quando, eles precisam da gente para completar *quorum* aqui. De vez em quando precisam da gente para completar *quorum*. Portanto, não venha o governo, porque acha que tem treze neste momento para votar, querer passar o trator por cima da gente, passar por cima de uma decisão que foi tirada ontem, Deputado Joe Valle, de que nós iríamos iniciar a votação na terça-feira.

Eu faço um apelo ao bom senso, porque, se quiserem começar a votação no dia de hoje, ok, tudo bem. É declaração de guerra, e declaração de guerra eu topo. Só que depois arquem com as consequências. E quem mais perde numa declaração de guerra é o governo, a Oposição não perde nada. Querem decretar guerra...

E com relação ao que estão falando – sobre onde é que fica o povo –, não tem ninguém aqui mais preocupado com o povo do que nós. Não pagamos ninguém para vir aqui defender esse projeto. Sou contra porque tenho convicção de ser contrário a ele.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. sabe que eu respeito bastante o Deputado Chico Vigilante, como também tenho profunda admiração pelos colegas. Mas eu faço uma comparação.

Imaginem que estão aqui os Deputados, fizemos a discussão – temos quatro horas de discussão –, V.Exa. encerrou a discussão de Líderes e de Parlamentares, abriu a Ordem do Dia e nós já aprovamos dois itens. É como se se marcasse um jogo de futebol em que viesse a torcida – e estão aqui os jogadores que têm que decidir – e, quando estivesse todo mundo, dissessem: “Não. Agora nós não vamos mais jogar hoje. Nós vamos jogar terça-feira que vem”. Estamos todos aqui, temos um longo processo pela frente. Temos, na galeria, pessoas que saíram de seus lugares para o embate, para ganhar ou para perder. Estão aqui os Deputados. Eu comparo isso a um jogo de futebol, em que vão as torcidas, entram os jogadores em campo e decidem realmente não jogar, marcar o jogo para um outro dia qualquer.

Então, eu quero apelar ao bom senso. Existe uma regra regimental de consulta aos Líderes. Mesmo que não haja *quorum* – e a Deputada Celina Leão falou muito bem –, faça a consulta. Nós não estamos encerrando, nós não estamos descumprindo a palavra que foi dada, porque nós temos várias fases ainda para terça-feira.

Então, por uma questão de bom senso e de respeito às pessoas que vieram aqui, aos Parlamentares que esperaram até agora, que seja dado pelo menos o pontapé.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	58	

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, olha só, eu vou me aliar ao Deputado Chico Vigilante, nós tivemos o exemplo há dez minutos de que foi a Oposição que não só deu *quorum*, como também ajudou a votar dois projetos do governo. A Base não tinha sequer voto e o Deputado Chico Vigilante tem razão.

Deputado Agaciel Maia, se quisermos atropelar, ótimo. Mas amanhã vão precisar da gente. Não vai demorar muito. Não há problema algum, como acabaram de precisar, era só eu sair daqui. O Deputado Joe Valle é testemunha. O meu bloco saiu. Só precisava eu sair daqui, para que vocês não votassem duas matérias. Agora, vocês estão querendo tratar a Oposição atropelando-a, porque o acordo não foi esse. Não cabem duas interpretações! Não há problema! Nada melhor do que um dia após o outro! Mas pode ter a certeza de que vocês vão precisar e aí se lembrarão de nós.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu fico olhando, a gente fica o tempo inteiro discutindo periférico, e aí eu queria fazer um apelo ao Deputado Agaciel Maia.

Deputado Agaciel Maia, V.Exa. inteligentemente desvia o foco a todo momento. O que está se discutindo aqui é o seguinte: é um acordo do qual V.Exa. participou. Ninguém está discutindo aqui se veio plateia, se veio árbitro, se os jogadores estão em campo, não é nada disso, Deputado Agaciel Maia. O que ficou acertado é que nós iniciáramos a discussão hoje e, na terça-feira, haveria a continuidade. Foi isso, Deputado Agaciel Maia.

Então, é uma questão de a gente não ficar aqui desviando o foco com apelo emocional: "Ah, coitado do povo que veio e está aqui nas galerias...". Deputado, aqui ninguém é criança. Todo mundo sabe que na terça-feira nós teremos de novo os verdadeiros interessados aqui. Talvez até, e aí não sei se é preocupação, o governo não consiga mais o ônibus que hoje o serviu, mas, de qualquer maneira, a discussão permanecerá.

Agora, o que não dá é descumprir os acordos. O que não dá é, depois que se sente uma situação favorável, chegar aqui e dizer: "Não, democraticamente, vamos submeter de novo...". Então, faça o seguinte: extinga o Colégio de Líderes. Não precisa disso. Porque se é para decidir tudo aqui, não há necessidade do Colégio de Líderes.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a gente está aqui discutindo por trinta minutos se vai haver votação ou não. A gente

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	59		

poderia iniciar votando nas Comissões somente, para a gente fazer aqui... Vamos iniciar nas Comissões e aí, depois, a gente decide se vota no plenário ou não.

Ontem eu estava no Colégio de Líderes e o Deputado Joe Valle falou que a gente iria discutir aqui hoje e, caso desse, votaríamos no dia de hoje. Para deixar bem claro o que ele falou. Caso fosse possível, votaríamos hoje.

Iniciariamos a discussão hoje e, se possível, votaríamos hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok, eu quero só fazer uma observação e pedir a compreensão dos companheiros e dos colegas. É que realmente eu, pelo contrário, fiz uma questão no Colégio de Líderes para votar na terça-feira e fui contraposto por um grupo de Parlamentares, falando o seguinte: nós iniciaremos a discussão na quarta e terminaremos na quinta. No meu entendimento, então, ficou que nós faríamos a discussão e, para discutir emendas, porque já que tenho cinquenta emendas, tenho que discutir aqui agora. E a votação seria feita, então, terminando na terça-feira.

Assim, eu queria pedir a compreensão dos senhores porque, como há uma dúvida, não uma certeza, eu preciso consultar os Líderes. Vou fazer a consulta aos Líderes.

Quero pedir que vocês entendam essa questão de a gente avaliar nas Comissões as emendas. Então, nós vamos fazer a leitura do projeto, iniciar as emendas, fazer a leitura das emendas, passar às Comissões, trazer as Comissões que vão fazer a avaliação das emendas – estas são muitas –, e nós, então, levaremos para a próxima terça-feira a votação.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tanto o Deputado Raimundo Ribeiro, como o Deputado Wellington Luiz, são dois Parlamentares brilhantes que têm feito oposição de maneira competente nesta Casa, mas todos nós num dia fomos oposição e no outro fomos governo...

Em vários outros projetos, fui derrotado aqui, inclusive no dos taxistas *versus* Uber, mas fiquei para votar. Eu votei, eu dei a cara. Eu votei! Em vários projetos aqui fui derrotado, faz parte! Faz parte do Parlamento, ganhar ou perder. O Deputado Chico Vigilante, um dos Parlamentares que mais admiro nesta Casa, sabe muito bem disto: nunca fugi de tomar uma posição.

Eu acho que V.Exa. foi quem conduziu a discussão no Colégio de Líderes e, se V.Exa. entende que a gente deve apreciar nas Comissões hoje, porque são muitas emendas – está certo? –, se V.Exa. julgar que pode dar esse passo adiante, eu não sou nenhum empecilho. O que V.Exa. decidir aí, porque foi o entendimento conduzido por V.Exa. no Colégio de Líderes, vamos acatar, porque uns Parlamentares entenderam uma coisa e outros Parlamentares entenderam outra.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	60	

Então, como foi V.Exa. que comandou a sessão do Colégio de Líderes, que V.Exa. dê um norte para nós. O que vamos fazer hoje.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu peço a atenção de V.Exa. e de todos os Deputados aqui.

Acho que a melhor coisa é a gente seguir o Regimento desta Casa, porque tira “o que eu estou achando”, “o que a Deputada Celina Leão está achando”, “o que o Deputado Chico Leite acha”, enfim, vamos tirar o achismo e vamos para a letra do Regimento.

O que o Regimento fala: “Art. 150. As emendas de Plenário serão distribuídas em avulsos às Comissões, segundo as suas respectivas competências.

Parágrafo único. As Comissões de mérito a que forem distribuídas as emendas de Plenário darão a estas tratamento de urgência, tendo prioridade na pauta sobre as demais matérias, devendo ser apreciadas na primeira reunião após a data de sua entrada na Comissão.”

Portanto, Sr. Presidente, não há o que inventar, tem-se que imediatamente distribuir os avulsos, passar para as respectivas Comissões. E, elas que analisem na segunda-feira, convoquem reunião extraordinária na segunda-feira e venham para cá na terça-feira. É o Regimento desta Casa, e eu sou escravo do Regimento!

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Chico Vigilante, o projeto está em regime de urgência e foi distribuído para os Líderes aqui no plenário, está certo? Então, nós vamos trazer as Comissões e os relatores, está certo? Eu vou passar a palavra...

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, só para fundamentar o meu questionamento. Veja bem...

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Veja bem, as emendas foram distribuídas aqui, mas sequer foram distribuídas para as Comissões. A gente tem tolerado essas coisas no plenário quando é acordo! Quando é acordo, a gente tolera; mas não existe acordo para fazer desse jeito. Portanto, vamos cumprir o Regimento?

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Já passou nas Comissões, são quatro Comissões, uma rejeitou.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Não. Foram apresentadas agora, inclusive, Sr. Presidente...

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Emendas de plenário.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu estou falando de emendas de plenário. Inclusive, o meu substitutivo, que precisa ser apreciado nas Comissões.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	61	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Já foi distribuído, todos os Deputados... Por isso a gente pediu para fazer antes da leitura do projeto, para que houvesse essa distribuição e aí houvesse um posicionamento em plenário.

Então, o entendimento, quero dizer para vocês, é o seguinte: trabalharmos e votarmos as emendas no dia de hoje, o parecer sobre as emendas, exclusivamente o parecer sobre as emendas. Terminamos e passamos para a próxima terça-feira a votação em primeiro e segundo turno.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero aqui resgatar a fala do Deputado Agaciel Maia, porque tenho muito respeito por S.Exa., é um querido amigo, tem muitos anos na política à nossa frente, mas a verdade não pode ser contada pela metade, Sr. Presidente.

Quando o Deputado Agaciel Maia disse que, no projeto do Uber, eles votaram. Eles votaram, mas retiraram o *quorum* três sessões antes de votar. Três sessões antes de votar não conseguimos nem discutir o projeto aqui, entendeu? Então, assim, a meia verdade... "Não, nós votamos, em determinado momento votamos, porque vai ter que votar".

Então, eu acho que a iniciativa de hoje, Sr. Presidente, é de V.Exa. começar o debate, e já está marcado para ser votado. É uma sinalização clara de que vai ser votado. Mas há um outro questionamento para se fazer. Nós temos aí quase cinquenta emendas para discutir. Acho, Sr. Presidente, que ganhar uma sessão a mais, uma sessão a menos para o governo olhar as emendas, os Deputados terem tempo para discutir as emendas e o governo ter uma conversa com as Comissões – é o que o governo vai ter que fazer, e discutir emenda por emenda como é feito – não trará nenhum prejuízo qualitativo na votação do projeto. Vai perder dois dias, três dias, mas acho que diminuirá muito a tensão aqui. É muita irresponsabilidade também por parte do Poder Executivo analisar as emendas correndo. Nós não estamos falando de um projeto que vai mexer com o trânsito. Nós estamos falando de um projeto que vai mexer com vidas, Sr. Presidente. Não dá para analisar cinquenta emendas aqui hoje na correria. Nós não sabemos o que tem e o que não tem. Nem o próprio Poder Executivo tem condições de fazer algo qualitativo.

Então, eu volto a insistir com V.Exa. Nós hoje iniciamos o debate. Na terça-feira – é uma sugestão que eu faço –, se V.Exa. achar importante, poderá fazer uma reunião mais cedo conosco e com o Poder Executivo já com os autores de cada emenda para facilitar no plenário. Sem problema! Mas acho que fazer essa discussão aqui, pegar o Relator – a gente sabe que o governo conseguiu, de certa forma, eleger o Presidente das Comissões – que poderá dizer: "Rejeitado, rejeitado, rejeitado" e fazer o parecer para a gente votar aqui de qualquer jeito, isso não será uma discussão.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	62	

Há muitas emendas, e esta Casa tem tido esse histórico, graças a Deus, de melhorar em muito todos os projetos que vêm do Poder Executivo. Digamos que o projeto seja aprovado, que o governo tenha o *quorum* para aprovar o projeto; nós vamos aprová-lo melhor do que veio. Há muitas emendas que podem ser importantes para o governo. Às vezes, 24 cabeças pensam muito melhor que uma cabeça só, uma que elaborou o projeto.

Portanto, eu faço esse apelo. Isso não vai tirar ninguém da força. A gente começou a discutir. Já está acordado que o processo de votação se inicia na terça-feira, mas com as emendas estudadas.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu peço inclusive a atenção do secretário de assuntos parlamentares. V.Exa. sabe que há uma questão intransponível aqui. É a seguinte: existem 150 vetos na frente. Se o governo quer pagar para ver, quer comprar briga, ok. A gente topa. Primeiro, vai ter que votar os 150 vetos para poder limpar a pauta para votar. Porém quer baixar as armas, fazer as coisas direito, deixem toda discussão e votação para iniciar na terça-feira, porque haverá acordo. Fora disso, não há acordo. Nós vamos na terça-feira levantar aqui a questão que está obstruída, vamos fundamentar a pauta obstruída e vamos derrubar o projeto na Justiça. Quem muito quer nada ganha. Quem muito quer nada ganha!

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Chico Vigilante, a questão dos vetos está superada, porque nós superamos no início do processo. Não houve acordo do bloco... aqui apenas me colocou o bloco Trabalho por Brasília...

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Não por essa matéria, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O seu bloco. O seu bloco não teve acordo para o Instituto Hospital de Base, para o sobrestamento dos vetos. Os outros dois, sim; este, não. E, os outros, fizemos todo esse processo.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, mas neste caso, precisa ser unanimidade. Não é maioria dos Líderes. É unanimidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – É o art. 35. Conforme o art. 35, não tem que ser unanimidade. Está certo. É pelos Líderes. Só no Colégio de Líderes.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, até para encerrar, quero mais uma vez fazer sugestão a V.Exa. Se há um Deputado aqui que quer que a gestão de V.Exa. dê certo, sou eu. Sei que V.Exa. também quer, mas talvez eu queira mais que V.Exa. Eu acho que quero mais que V.Exa. que dê certo efetivamente.

Portanto, eu faço um apelo, mais uma vez a V.Exa. Amanhã, quinta-feira, é feriado. Quem sabe se o Corpus Christi não toca o coração desse Governador, deste

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	63	

Secretário de Saúde, que está aqui. Aproveitem a sexta e a segunda-feira, analisem com o Zé Flávio – que é muito competente – todas as emendas, chamem os interessados e vamos fazer como já fizemos aqui inúmeras vezes. Cheguem aqui com isso redondo na terça-feira, porque, se o governo puxar sua espada velha de lá, nós vamos puxar nosso bacamarte de cá.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há um artigo – eu acho que isto é fundamental – que precisa ter uma análise profunda, o art. 10, que fala exatamente da isenção. O próprio Líder do Governo está preocupado porque, se houver a supressão, vai aumentar sobremaneira os custos desse instituto; se não, quem quer aprovar o projeto vai precisar de 16 votos. Então, tem que haver uma análise.

Eu acho que – até pelo respeito que se tem ao Deputado Chico Vigilante, pela ajuda que ele já deu – deveria o governo, sim, ouvir o apelo do Deputado Chico Vigilante. Eu acho um desrespeito a quem tem sempre ajudado, contribuído. É necessário que o governo estude profundamente isso, principalmente a questão da isenção.

Quero pedir a V.Exa., mais uma vez, que coloque essa votação para a semana que vem, para que a gente não saia daqui com o sentimento de atropelo, que seria muito ruim para esta Casa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, quero dizer que eu vou me submeter à vontade, à decisão de V.Exa. Quero adiantar que já tive a preocupação de examinar todas as emendas apresentadas e já tenho o meu parecer pronto sobre todas elas. Se vai ser possível relatar hoje, na terça ou no dia que for, eu só quero informar V.Exa. que o meu parecer da CEOF já está aqui prontinho para ser lido.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero me dirigir ao Deputado Agaciel Maia, que é uma pessoa por quem tenho o maior respeito – ele nunca mais me convidou para almoçar, mas tudo bem.

Deputado Agaciel Maia e Deputado Joe Valle, se as emendas forem apreciadas e rejeitadas, o que as Deputados vão fazer? Nós vamos modificar as emendas e vamos reapresentar todas de novo. Portanto, vai começar, na terça-feira, toda a discussão de novo em cima de todas as emendas apresentadas – e aí não

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	64	

será em clima de paz, será em clima de guerra, pois já vai ter passado o Corpus Christi.

Assim, enquanto nós estamos em clima de paz, peço ao Deputado Agaciel Maia que recolha o seu parecer, deixe para fazermos a discussão na segunda-feira, vamos arredondar mais ou menos as coisas aqui. Isso não quer dizer que eu vou votar a favor, não, porque, haja o que houver, eu vou votar contra. (Palmas.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na mesma condição de Relator que o Deputado Agaciel Maia é na CEOF, eu sou na Comissão de Educação, Saúde e Cultura. Eu queria dizer para V.Exa. que o art. 165, no § 2º, diz que, em matérias de natureza de urgência, a pedido do Relator, a matéria pode ser tratada na sessão seguinte. Então, antes de maiores delongas, eu quero arguir esse artigo. Isso por outros motivos também.

Eu não vou ser irresponsável. Nem li as emendas. Li algumas, mas não tive acesso ao processo, porque procurei prestar atenção nas falas. Não vou ser irresponsável, por isso peço a V.Exa. que nos dê tempo para examinar as emendas.

V.Exa. sempre foi uma pessoa muito cuidadosa. Ninguém está aqui para atropelar ninguém. O regimento vai ser observado, como também os Deputados serão respeitados. O governo vai ser respeitado. Então, acho que é de bom tom que a gente tenha certo domínio do regimento, a ser observado.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, fiz uma pergunta, citei o artigo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Vou responder logo em seguida. As emendas estão todas digitalizadas, as de Comissão e as de plenário. Não diz que é na próxima sessão. Eu posso fazer uma sessão extraordinária. Então, estou na ordinária e posso fazer uma extraordinária. Pode ser na sessão seguinte, mas não encerramos a discussão, Deputado Wasny de Roure. Tenha calma.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu me mantive em silêncio até agora, mesmo porque já tenho minha opinião formada e ela não será mudada. Falei com V.Exa. há pouco que me preocupa muito a forma. Vai ser colocado em votação? Ok, que seja colocado em votação, mas não se pode quebrar palavras acordadas. Todo mundo estava dentro

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	65	

do plenário. Eu alertei V.Exa., antes de começar toda a discussão, logo no início da sessão, eu falei com V.Exa. que o entendimento era aquilo, precisava ser construído.

Neste momento, vejo o Deputado Chico Vigilante e outros Parlamentares. É ruim o clima. A gente ainda tem um ano e pouco dentro desta Casa, para ficar com discussões. Então, é para colocar em votação? Não tem problema, coloque em votação. Eu, pelo menos, já tenho meu voto contra o projeto, e é preciso que a palavra dada seja cumprida dentro desta Casa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PTB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o assunto não é relacionado a este projeto. É só para registrar o pesar da morte de Jorge Bastos Moreno, que foi um grande jornalista do Brasil. Eu tive, graças a Deus, a oportunidade de conhecê-lo e conversar longamente com ele na casa da Cristiana Lôbo. É um pesar muito grande ter perdido esse jornalista, que vai fazer muita falta para nosso País. Era só isso.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ainda há uma preocupação. Por que este projeto não pode ser votado? Eu queria que os Parlamentares atentassem ao art. 203 da Lei Orgânica, que diz: "A seguridade social compreende o conjunto de ações de iniciativa do Poder Público e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos referentes a saúde, previdência e assistência social". E diz o § 3º: "Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total".

O projeto não traz isso de forma clara. Então, como a gente vota um projeto dessa natureza sem os devidos cuidados? O governo quer votar de qualquer jeito, sem preocupação, aumentando o custo disso. Eu acho que a gente tem que ter um cuidado maior com isso, tem que haver uma análise. Tenho certeza absoluta de que não tiveram cuidado de tratar desse artigo.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu quero novamente fazer um apelo. É tão raro eu concordar com o Deputado Chico Vigilante! O Corpus Christi até chegou, Deputado Chico Vigilante. Estamos do mesmo lado hoje. Eu quero fazer uma defesa da fala do Deputado Chico Vigilante, e faço um apelo também ao secretário parlamentar José Flávio.

Deputado Chico Vigilante, com todo o respeito às nossas divergências, V.Exa. e a bancada do PT foram fundamentais para dar sustentação a esse governo até

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	66	

hoje. Eu acredito que, se não houver o respeito por parte do governo de realmente discutir as emendas para começarmos a votar na terça-feira, o Governador pode trocar a instabilidade de governar.

É esse o apelo ao bom senso que faço, para discutir essas emendas. Eu comecei minha fala brincando aqui com o Deputado Chico Vigilante, mas realmente, Sr. Presidente, iniciar isso com um sentimento de atropelo por parte dos Parlamentares, é muito negativo até para a instituição. Então, eu faço novamente o apelo a V.Exa. O Executivo terá oportunidade de entender as cinquenta emendas.

Na questão de ordem do Deputado Wasny de Roure, para mim não há nenhuma dúvida. A sessão seguinte não é a mesma sessão que nós estamos tratando, é outra. Corremos o risco, inclusive, de nulidade de projeto que for votado sem o devido trâmite legal.

Então, já que as emendas estão todas protocoladas, e na terça-feira já é a emenda subsequente, não se pode nem arguir esse artigo no Regimento novamente na terça-feira. Portanto, eu faço esse pedido a V.Exa., em homenagem a eu estar lado a lado com o Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Semelhante ao Deputado Agaciel Maia, sou Relator na Comissão de Constituição e Justiça, e também já estou com meu parecer pronto para apresentar nesta sessão. Nós queríamos ver o seguinte: a decisão que V.Exa. determinar, vamos acatar. Todos já falaram. Se for nesta sessão, estamos prontos. Se não for, acho que temos que seguir. Estamos aqui à disposição de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fico daqui matutando as coisas, como um bom roceiro. Veja, V.Exa., o Deputado Wellington Luiz e o Deputado Raimundo Ribeiro têm tido uma sintonia perfeita na Mesa. V.Exa. veja que, neste momento, a Mesa não tem unidade. A maioria da Mesa está pedindo para deixar para terça-feira.

A comissão de mérito mais importante, que vai analisar, é a Comissão de Educação, Saúde e Cultura, e o Deputado Wasny de Roure já disse que não tem condições de dar parecer hoje. Como vamos analisar, se não passou pela Comissão de Educação, Saúde e Cultura?

Portanto, eu faço um apelo derradeiro a V.Exa., dado o adiantado da hora – já são 19h30min. Vamos deixar isso para terça-feira. Se quiser até marcar mais cedo, pode marcar. Eu não falto em sessão, V.Exa. sabe disso. Estarei aqui muito claro, e vai ganhar quem tiver voto. Deixe para terça-feira.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	67		

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, uma hora atrás eu tinha levantado uma questão de ordem, e até fiz uma blague. Eu disse que não deveria ajudar o governo, entendo que estou ajudando a cidade.

A partir do momento em que a própria base do governo se propõe a retirar aquela questão, Deputado Chico Leite, da isenção tributária, evidentemente isso tem consequências. E aí, para sistematizar o diploma legal que poderá surgir dessa discussão e votação, é preciso ter um estudo melhor. Naquele momento eu já levantava essa questão. Agora, quando o Deputado Wellington Luiz levanta outra questão estabelecida no art. 203, que obriga a indicação da fonte – é claro, todos nós sabemos, aqui ninguém é ingênuo –, os encargos tributários virão, é aumento de despesa. Vai ter que apresentar a fonte.

Então, é muito mais razoável, até para que a Casa não se exponha. Veja bem, aqui não estou falando por ser Oposição ou Situação. Aqui estamos falando para a preservação da própria Casa. É muito mais importante, diante de tudo que foi discutido, diante das emendas que foram apresentadas, o governo procurar fazer um projeto de lei minimamente aceitável. Do jeito que está, realmente é um Frankenstein: o artigo primeiro não tem nada a ver com o segundo, que não tem nada a ver com o terceiro, e isso fere qualquer técnica legislativa.

Eu faço um apelo derradeiro a V.Exa., que preconizou – esse foi um dos motivos para que nós pudéssemos nos irmanar nesta Mesa Diretora –, decidiu ou propugnou que nós iríamos sempre tomar decisões coletivas. Dentro dessa ideia de decisões coletivas, faço um apelo a V.Exa. no sentido de que conceda ao governo um prazo até terça-feira para ele poder aperfeiçoar o projeto - se é que isso é possível - e, a partir daí, para que possamos dar continuidade às discussões e, quem sabe, votar na próxima terça-feira.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Eu queria fazer uma consulta. Quero fazer um acordo com o plenário. Deputado Chico Vigilante, Deputado Ricardo Vale, Deputado Raimundo Ribeiro, Deputado Wellington Luiz, Deputada Celina Leão e Deputado Bispo Renato Andrade, quero fazer o seguinte acordo com V.Exas. e um apelo para que possamos trabalhar de forma correta. Quero saber de V.Exas. se nós temos um acordo para que possamos votar esse projeto integralmente na terça-feira. Se houver esse acordo, não faço consulta aos Líderes, encerro a sessão e coloco o projeto para terça-feira. Há acordo?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	68		

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Da minha parte, há acordo.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, da minha parte, eu gostaria de dizer o seguinte: há acordo, desde que o governo junte tudo que foi apresentado aqui e apresente um projeto que preste.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não, mas aí não há acordo, Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje eu não voto. Terça-feira, vou estar aqui e vou votar contra. Portanto, o que propus a V.Exa...

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Eu quero só saber se há acordo de, terça-feira, votarmos o projeto todo.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Claro.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria que houvesse o consenso de todos os blocos no sentido de votarmos integralmente o projeto na terça-feira, como propôs antes o Deputado Chico Vigilante. Aí fazemos um acordo no sentido da votação, o que não quer dizer o mérito. Faço esse apelo ao Deputado Raimundo Ribeiro.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Claro, não foi isso que falei.

DEPUTADO CHICO LEITE – Eu entendi o que V.Exa. disse.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Eu estou falando que cada um vai poder votar contra, cada um vai se posicionar, mas votaremos na terça-feira.

DEPUTADO CHICO LEITE – Na terça-feira, votaremos o projeto integralmente na primeira hora.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a pedido do bloco, eu retifico minha posição e me comprometo a votar "não" na terça-feira.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	69		

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, da minha parte, de igual modo, se o governo vai melhorar esse Frankenstein que ele criou, não é problema dele. Eu vou votar “não”, vou conchamar os colegas a votarem “não”, porque esse projeto é uma aberração e um verdadeiro ataque à sociedade. Se ele vai melhorar ou piorar, é problema dele.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Wellington Luiz, só para registrar, nós temos então o acordo de votarmos na terça-feira integralmente.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sim, Sr. Presidente.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é bom que fique claro, já que houve essa dubiedade na interpretação, que, na terça-feira, nós começaremos a votação, porque a discussão foi feita toda hoje. V.Exa. encerrou e abriu a Ordem do Dia. Portanto, nós vamos começar votando o projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não, vamos discutir as emendas.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Vamos fazer a discussão das emendas, do parecer das emendas, discussão em primeiro turno, para não parecer que o colega que questionou o entendimento do Colégio de Líderes está querendo postergar, começar tudo de novo na discussão e levar a coisa para depois. Então, que fique claro que o nosso entendimento é para que a Ordem do Dia da terça-feira comece diretamente pela discussão do projeto de criação do Instituto Hospital de Base.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para ficar claro, porque eu não gosto das coisas truncadas: não houve início de debate do projeto hoje, nós não iniciamos a discussão. Portanto, Sr. Presidente, para ficar claro para o Deputado Agaciel Maia e para os demais, nós vamos iniciar a discussão na terça-feira, vamos cumprir o Regimento, e V.Exa. vai colocar em votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não, Deputado Chico Vigilante. Então, não há acordo. Iniciamos a discussão, fizemos a discussão na quarta-feira e vamos fazer a votação na terça-feira. Isso ficou acordado. Estou resgatando o seu acordo.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, deve ficar claro que V.Exa. vai colocar o projeto em discussão na terça-feira, nós vamos discutir e votar.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – É isso. Nós vamos discutir e votar.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
14 06 2017	15h	55ª Sessão Ordinária	70		

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Sem revisão do orador.) – Quero deixar claro que o acordo que V.Exa. está fazendo é para votar integralmente, ou seja, em primeiro e segundo turnos.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito, este é o entendimento: terminarmos a votação, esgotarmos a votação.

DEPUTADO DELMASSO – Ok, mas é em primeiro e segundo turnos.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito. Fechado o acordo.

DEPUTADO DELMASSO – Não é para levar a votação, em segundo turno, desse projeto para outro dia. É para votarmos na terça-feira. Que viremos a noite, encerremos os debates que houver, mas votemos, em primeiro e em segundo turnos, o referido projeto. Porque a intenção de se fazer a discussão e se começar a votação hoje era para terminar na terça-feira, para não se estender, até porque nós temos uma pauta extensa, uma pauta grande de projetos de Parlamentares e do próprio Poder Executivo.

Quero deixar claro que serão feitas a discussão e a votação integral do projeto na próxima terça-feira. Eu acho que foi isso que V.Exa. quis dizer.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – É esse o acordo. Obrigado, Deputado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, que fique claro para esta Casa e para o Brasil que quem pauta e vota é a Câmara Legislativa, não é ninguém fora da Câmara Legislativa. Quem vota somos nós.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito, Deputado Chico Vigilante.

O Deputado Cláudio Abrantes, como Líder, diz que há acordo. O Deputado Chico Leite, como Líder, também diz que há acordo. Acordo feito. Votaremos integralmente na terça-feira.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, primeiro, eu quero agradecer a sensibilidade de V.Exa., porque V.Exa. é Presidente dos 24 Deputados. Eu, quando estive à frente desta Casa, aprendi que um bom acordo é muito melhor que uma grande disputa. Então, eu quero parabenizar V.Exa. pela condução desta Casa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14	06	2017	15h	55ª Sessão Ordinária	
				71	

Tenho certeza de que vamos discutir e votar na terça-feira, porque faz parte do processo legislativo, em algum momento, a discussão de algumas coisas. Vamos discutir as emendas e o projeto e votá-lo na terça-feira.

Eu quero terminar a minha fala, primeiro, parabenizando os servidores públicos que estão na galeria e já ratificando meu voto na terça-feira, que é não.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Agradeço à Deputada Celina Leão a sobriedade da sua opinião. Que nós possamos fazer o melhor para a cidade de Brasília.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Vocês vão ficar calados aí? Deixa eu falar, senão eu não vou votar, não. Vocês fiquem quietos.

Eu não prometi nada aqui ainda e vou dizer uma coisa para vocês. Já que vocês foram botar a minha foto do painel, quem botou trate de botar uma foto mais bonita, senão nada feito.

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok, Deputada Telma Rufino.

Nada mais havendo a tratar, esta Presidência vai encerrar a sessão.

Agradeço a todos os Deputados e lhes desejo um excelente Dia de Corpus Christi.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h37min.)